

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG ANDRÉ GUSTAVO SILVEIRA GUIMARÃES

A SEGURANÇA COLETIVA NA AMÉRICA DO SUL:
ameaças e oportunidades.

Rio de Janeiro

2019

CMG ANDRÉ GUSTAVO SILVEIRA GUIMARÃES

O PODER NAVAL BRASILEIRO E A SEGURANÇA COLETIVA NA
AMÉRICA DO SUL: Brasil e o Sub-CRS Norte Andino.

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como
requisito parcial para a conclusão do Curso de
Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Nelson Ricardo Calmon
Bahia

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

DEDICATÓRIA

Daniela, Mariana e Leticia, meu porto seguro ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que nos últimos meses se resignou com o reduzido convívio, responsáveis maiores pelas bases morais e emocionais que permitiram este trabalho.

Ao CMG (RM1) Nelson Ricardo Calmon Bahia, meu orientador, pelo apoio irrestrito, pelos rumos práticos e contribuições diretas à pesquisa realizada.

Ao CMG (RM1) Caetano Tepedino Martins, pela contribuição com a normalização do trabalho e pelo grande interesse demonstrado.

Ao meu pai, Fernando Sérgio Guimarães (*in memoriam*) e meu avô, Renato Romano Silveira (*in memoriam*), tutores e grandes incentivadores na acertada escolha pelas lides da Marinha.

Finalmente, agradeço a DEUS, por toda a saúde e paz ao longo da jornada.

“Enfim, segurança, defesa e seu instrumento, o poder militar, estão na equação da integração global. Depreciá-los é risco, exagerá-los é sacrificar desnecessariamente o povo. Sem delírios ufanistas, o poder militar de qualquer país deve corresponder à sua realidade interna e internacional, às suas possibilidades, limitações e responsabilidades. O equilíbrio adequado é desafio para políticos competentes, com visão estadista do presente e do futuro. Aos militares cabe a contribuição profissional na formulação da solução.” (Flores, 2019).

RESUMO

O fim da Guerra Fria trouxe mudanças para o mundo, especialmente nas relações internacionais quando, a partir desse marco histórico, percebeu-se a necessidade de regionalizar o debate sobre os temas de segurança internacional. Nesse contexto o trabalho buscará analisar as ameaças e oportunidades ao Poder Naval Brasileiro na moldura das relações de aproximação com os países do Norte Andino. Considerando o ambiente volátil e dinâmico e o surgimento de ameaças além das estatais e tradicionais, aumenta a importância da inserção do Brasil nesse concerto regional e que pode ser explorada utilizando-se de capacidades e características da Marinha do Brasil e da diplomacia exercida pelo Poder Naval. Os Estudos de Segurança Internacional sob a perspectiva regionalista e ampliadora proposta pela Escola de Copenhague serão os condutores consoantes com tradicionais estrategistas marítimos na avaliação do papel do Brasil como potência regional e ator no processo de estabilização e desenvolvimento da América do Sul. Os Estados locais ao trabalharem seus conflitos internos, com vizinhos subcontinentais e com potências globais do Sistema Internacional, são instados a reagir ao ambiente volátil e em transformação, sendo fundamental uma abordagem ampliadora e moderna que permita compreender as dinâmicas regionais e os fluxos de poder. Destarte, cresce em importância a demanda por um Poder Naval equilibrado, crível, que possa atuar para a dissuasão e como instrumento da diplomacia, apoiando a política externa brasileira e buscando destacar sua presença na região de forma cooperativa e colaborativa, além de conferir maior independência das potências globais.

Palavras-chave: Estudos de Segurança Internacional, Brasil, América do Sul, Poder Naval, Norte Andino.

ABSTRACT

The end of the Cold War has brought changes to the world, especially in international relations when, from this historical milestone, the need to regionalize the debate on international security issues was realized. In this tuning the work will seek to analyze the threats and opportunities to the Brazilian Naval Power in a context of rapprochement relations with the northern Andean countries. Considering the volatile and dynamic environment and the emergence of threats beyond the state and traditional ones, the importance of Brazil's insertion in this regional concert increases and can be exploited using the capabilities and characteristics of the Brazilian Navy and the diplomacy exercised by the Naval Power. International Security Studies from the regionalist and broadening perspective proposed by the Copenhagen School will be the consonant conductors with traditional maritime strategists in assessing Brazil's role as a regional power and actor in the process of stabilization and development of South America. Working with their internal conflicts, with subcontinent neighbors, and with the global powers of the International System are urged to respond to the volatile and changing International System, and a comprehensive and comprehensive approach to understanding regional dynamics and power flows is essential. Thus, the existence of a balanced, credible Naval Power that can act as a deterrent and as an instrument of diplomacy is growing in importance, supporting Brazilian foreign policy and seeking to highlight its presence in the region in a cooperative and collaborative manner, as well as being more independent of global powers.

Keywords: International Security Studies, Brazil, South America, Naval Power, North Andean.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Entorno estratégico do Brasil.....	87
Figura 2 – Arco de instabilidade da América do Sul.....	88
Figura 3 – Complexos Regionais de Segurança das Américas.....	89
Figura 4 – Guerras e disputas territoriais da América do Sul	90
Figura 5 – Disputa marítima Chile x Peru.....	91
Figura 6 – Disputa territorial Venezuela x Guiana.....	92
Figura 7 – Disputa marítima Venezuela x Colômbia.....	93
Figura 8 – Área de responsabilidade do Comando Sul dos EUA.....	94
Figura 9 – Atores globais no entorno estratégico brasileiro.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS	América do Sul
CAN	Comunidade Andina de Nações
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEED	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribe
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CMDA	Conferência dos Ministros da Defesa das Américas
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CRS	Complexo Regional de Segurança
EGN	Escola de Guerra Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
ESI	Estudos de Segurança Internacional
ESUDE	Escola Sul-Americana de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
JID	Junta Interamericana de Defesa
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão da Nações Unidas para a estabilização do Haiti
OBNAV	Objetivos Navais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIG	Organizações Intergovernamentais Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PN	Poder Naval
PDN	Política de Defesa Nacional
PEM	Planejamento Estratégico da Marinha
PND	Política Nacional de Defesa
PNM	Programa Nuclear da Marinha
PROSUB	Programa de Construção de Submarinos
RI	Relações Internacionais
SI	Sistema Internacional
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SSM	Secretaria de Segurança Multidimensional
Sub-CRS	Sub-Complexo Regional de Segurança
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ESTUDOS DE SEGURANÇA E O PODER NAVAL	14
2.1	Os Estudos de Segurança Internacional e a Escola de Copenhague.....	14
2.2	Poder Naval e Diplomacia.....	20
2.3	Marinhas modernas e as transições de poder	23
3	O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	26
3.1	América do Sul: independência, desconfiança e conflitos.....	27
3.2	A Integração Regional: dois sub-complexos	30
3.3	O Brasil e o Norte Andino.....	33
3.3.1	Colômbia	35
3.3.2	Peru, Bolívia e Equador	38
3.3.3	Guianas.....	40
3.3.4	Venezuela	41
3.4	Os mecanismos de cooperação regionais	43
3.4.1	Organização dos Estados Americanos	45
3.4.1.1	O Tratado do Rio - TIAR	477
3.4.2	O Pacto Andino.....	48
3.4.3	O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	49
3.4.4	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).....	51
3.4.5	União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)	523
4	O CRS SUL-AMERICANO E O BRASIL	55
4.1	A influência dos EUA.....	56
4.2	A influência de outros atores globais.....	59
4.3	Organismos multinacionais.....	63
4.4	O Poder Naval do Brasil no contexto internacional.....	65
5	CONCLUSÃO	76
	REFERÊNCIAS	80
	ANEXO	87

1 INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria (1947-1991) trouxe mudanças para o mundo, especialmente nas Relações Internacionais (RI). O papel do Brasil como ator regional no processo de estabilização e desenvolvimento do seu entorno estratégico¹ cresce em peso e importância. Nesse contexto, o Poder Naval (PN) Brasileiro², capacitado, equilibrado e crível³ permitirá uma atuação destacada na região e mais independente das potências globais.

No período subsequente, orçamentos de defesa limitados em função do fim da bipolaridade, tiveram como consequência a redução de meios e pessoal, enfraquecendo a expressão militar do Poder Nacional de vários países. Os conflitos regionais de média e baixa intensidade do fim do século XX, as chamadas novas ameaças do início do século XXI e as restrições aos gastos com defesa impactaram o PN, suscitando a necessidade de preservar capacidades existentes, explorar estratégias como a diplomacia⁴ naval em busca de estabelecer parcerias regionais que possam mitigar os efeitos dos novos desafios impostos.

A política internacional contemporânea tem contribuído para o ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo⁵ com três principais fatos – o crescente nacionalismo populista no Ocidente; a política externa do governo do Presidente Trump; e o risco de potências emergentes desafiando o *status quo*⁶. A ordem internacional liberal pode ser ameaçada se as regras, as instituições e os mecanismos que permitem a condução de assuntos globais não sejam suficientemente resilientes para negociar com sucesso essas ameaças.

¹ A Política Nacional de Defesa (PND) definiu a região do entorno estratégico brasileiro como o Atlântico Sul, a América do Sul, a Antártica e o Mar do Caribe, além da Costa Oeste da África (BRASIL, 2018).

² Doutrina Militar Naval (BRASIL, 2017a).

³ Barbosa Junior, 2019b.

⁴ O Plano Estratégico da Marinha do Brasil define a Diplomacia Naval como o gerenciamento das RI por meio do domínio marítimo, por meio de ações que vão da coerção a cooperação, e que, além da confiança mútua pode mitigar futuros antagonismos (BRASIL, 2019c).

⁵ *VUCA world*, acrônimo em inglês para — *volatility, uncertainty, complexity e ambiguity*. Disponível em: < <https://www.ibe.edu.br/vuca-world-e-como-se-preparar-para-esse-universo/> > Acesso em: 13 jun. 2019.

⁶ SIPRI, 2018.

A era digital trouxe amplas transformações à sociedade ao permitir grandes avanços tecnológicos com efeitos de longo alcance. Na esteira dessas mudanças e da redução dos custos das novas tecnologias digitais surgiram, com destaque na agenda de segurança mundial, novas ameaças e atores no Sistema Internacional (SI). Na América do Sul (AS) também não foi diferente, e, a despeito de ser uma região com menor desenvolvimento tecnológico, reduzido histórico de conflitos de alta intensidade e disputas territoriais, obrigando os Estados do subcontinente a se adequarem à nova perspectiva de segurança regional.

A posição do Brasil com ator regional capaz de influenciar os demais países do subcontinente sul-americano é favorecida pela projeção internacional do Poder Naval e, em especial, pela versatilidade e pelo posicionamento estratégico marítimo. A melhor interação com as Marinhas da América do Sul – em especial os Estados do Norte Andino⁷ – permitirá potencializar características como alcance, flexibilidade e mobilidade estratégica e, por meio da diplomacia naval, contribuir de maneira ampla e efetiva para o processo de integração da região. Dentro da moldura delimitadora dos Estudos de Segurança Internacionais (ESI), será evidenciada a importância do tema segurança e defesa sob a perspectiva do relacionamento do Brasil e aqueles Estados e as influências de outros atores globais.

O Poder Naval brasileiro, um dos pilares da expressão militar do Poder Nacional⁸, ensejou um realinhamento com aqueles desafios. Nesse sentido, a Marinha do Brasil (MB), em sua missão atualizada, explora a capacidade de atuar como elemento estabilizador da política externa, na qualidade de força naval moderna, colaborativa e cooperativa:

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e **para o apoio à Política Externa** (BRASIL, 2019, grifo nosso).

⁷ Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e a Guiana (BUZAN; WÆVER, 2007, p.317).

⁸ Na PND as expressões são: política, militar, econômica, psicossocial e científico-tecnológica (Brasil, 2016).

Em face das constantes restrições orçamentárias, e do tempo necessário para a conclusão de projetos estratégicos, pode-se antever um período de grandes desafios ao pleno desenvolvimento das capacidades do Poder Naval brasileiro. Numa análise prospectiva, essas limitações, somadas às possíveis interferências políticas de atores globais em nossos assuntos internos podem constituir ameaças para a integração regional. Para mitigar esses efeitos negativos nas relações interestatais na região, devem ser priorizadas as capacidades do Poder Nacional que as apoiam, em especial pela exploração da diplomacia e da cooperação na AS.

A evolução do pensamento naval contemporâneo se coaduna com o propósito do trabalho de analisar o papel do PN em um ambiente de poucos conflitos e baixa percepção de ameaças, no contexto das relações entre os Estados que compõem a região Norte Andina do subcontinente em comparação ao que ocorre no Cone Sul⁹, mais desenvolvido e fortalecido.

A partir de um Poder Nacional equilibrado, será possível aprimorar e consolidar esse conceito de segurança regional, não somente no âmbito dos países andinos mas também com os vizinhos da Amazônia Continental, participantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica¹⁰ (OTCA), todos, segundo a Estratégia Nacional de Defesa (END, 2018a), incluídos no entorno estratégico do Brasil (Figura 1), em prol da criação de um Complexo Regional de Segurança (CRS) na América do Sul.

Para tal, além da Introdução, este trabalho será dividido em mais três capítulos e uma conclusão.

No segundo capítulo serão abordadas as principais perspectivas teóricas dos estudos de segurança internacional e sua regionalização com a formação dos CRS sob a ótica de Buzan, Wæver e Hansen. Ainda como referencial teórico ao trabalho serão examinadas as

⁹ Segue a mesma delimitação anterior para o caso dos Estados do Cone Sul, onde compreende o Brasil, Argentina e Chile, tendo como estados tampões o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia — esta será incluída no conjunto Norte Andino face algumas características políticas que serão evidenciadas (BUZAN; WÆVER, 2007, p.317).

¹⁰ Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), bloco socioambiental formado em 1998 pelos Estados que partilham o território Amazônico: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela (OTCA, 2018).

contribuições de Mahan, Till, Coutau-Begárie e Wedin sobre o papel do Poder Naval como elemento estabilizador e instrumento da diplomacia, com o fito de subordinar os desafios propostos pela Escola de Copenhague¹¹ e as capacidades do PN ao contribuir para a integração regional.

O terceiro capítulo buscará analisar o processo de integração regional, pela ótica das relações entre o Brasil e os vizinhos do Norte Andino, abordando, de forma concisa, a história, as instituições, normas e planejamentos estatais na área de defesa, bem como a inserção dos principais mecanismos multilaterais de cooperação e suas possíveis interseções com as agendas de segurança estatais.

No quarto capítulo serão abordadas as influências externas na região e as perspectivas de atuação da superpotência global e de outras potências globais no subcontinente sul-americano. Em vista do ambiente instável que se direciona a multipolaridade, cresce a importância geopolítica da América do Sul e surgirão oportunidades e desafios ao Poder Naval Brasileiro, atuando como elemento estabilizador e contribuindo para a cooperação e integração regional.

Dessa forma, das análises precedentes, o trabalho será concluído com a avaliação da posição brasileira no contexto das relações com os Estados do Norte Andino e da importância da atuação do PN em prol da integração Sul-americana.

¹¹ Originada na ampliação dos Estudos de Segurança Internacional pós-Guerra Fria, a Escola de Copenhague defende uma perspectiva regionalista para compreensão dos temas relativos à segurança, concentrando-se no termo securitização. Destaca-se por apresentar um contraponto ao pensamento tradicional dos Estudos Estratégicos e Pesquisa da Paz, utilizando conceitos sintetizados do construtivismo e do realismo político clássico em suas abordagens (BUZAN; HANSEN, 2012, p.26).

2 ESTUDOS DE SEGURANÇA E O PODER NAVAL

O ocaso da Guerra Fria (1991) trouxe uma transformação no eixo das ameaças, pois o desaparecimento de uma das superpotências – a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – reduzia dramaticamente a preocupação com a ameaça externa. No plano dos Estudos de Segurança Internacional (ESI), foi fortalecida a corrente que discutia as ameaças internas, potencializadas pelos desafios apresentados pela globalização e sua tênue fronteira nas relações externas e internas, trazendo para mais próximo dos Estados e regiões as questões relativas à segurança (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 72).

No contexto da Escola de Copenhague, o termo securitização foi definido como sendo um processo intersubjetivo em que ocorre o estabelecimento de uma ameaça e, decorrente dela, seus consequentes efeitos políticos:

A Escola de Copenhague defende que a segurança é um ato da fala. [...] Um fator central para a análise de segurança é, portanto, compreender o processo pelo qual as ameaças se manifestam como problemas de segurança na agenda política. Ameaças, neste sentido, são objetivas quando aceitas por atores políticos significativos, não por possuírem posição ameaçadora inerente (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 68-69).

A segurança do Estado e a da sociedade muitas vezes não podem ser definidas em termos objetivos. Uma maneira de aumentar a conscientização da sociedade para perigos não concretos é a concentração no processo intersubjetivo, por meio do qual as ameaças se manifestam como problemas de segurança na agenda política (BUZAN et al., 1998).

2.1 Os Estudos de Segurança Internacional e a Escola de Copenhague

O colapso soviético tornou os EUA na única superpotência, muito embora, este, ao assumir o papel de *hegemon*, não tenha impedido que outras questões, como as sociais, as ambientais, o narcotráfico e o terrorismo perturbassem a ordem mundial, de tal modo que

passaram a ser consideradas tão importantes como os conflitos e guerras tradicionais na agenda da segurança internacional. Não obstante o mundo unipolar, cresceu nos Estados periféricos, entre os quais os da América do Sul, a apreensão de como este novo padrão de relacionamento interestatal iria influenciar as suas próprias agendas de segurança (BUZAN et al., 1998, p. 195).

Contemporaneamente observa-se o aumento do nacionalismo populista no Ocidente; os rumos da política externa norte-americana – apontando Estados inimigos e tomando iniciativas que escalam os conflitos como a guerra tarifária com a China¹²; além do risco à ordem internacional liberal, pela ascensão de potências emergentes desafiando o *status quo*. Tal debate se reforça pela observação de que essas questões da ordem política mundial podem influenciar diretamente nosso entorno estratégico, constituindo ameaças ou oportunidades à defesa do Brasil e conseqüentemente ao seu Poder Naval (SIPRI, 2018).

Na medida em que as novas ameaças como o terrorismo e os crimes transnacionais tornam-se mais evidentes, utilizamos a história recente para reflexão. Os atentados nos EUA (2001), Espanha (2004 e 2017), Reino Unido (2005 e 2017), Índia (2009), França (2015, 2016 e 2017), Bélgica (2016), Alemanha (2016), Turquia (2016) demandaram uma reformulação global na agenda de segurança – a origem do perigo deixou de vir exclusivamente de outros Estados, passando a ser originado também, por atores não-estatais (BAHIA, 2017).

Quando Estados se agrupam ou se relacionam buscando atingir propósitos comuns, obedecem a um conjunto de regras e normas, conscientes de possuírem interesses e preceitos comuns, originam uma sociedade internacional ou sociedade de Estados. A busca por um parâmetro para os relacionamentos internacionais, de forma a alcançarem objetivos elementares de uma sociedade de estados, conduz para uma ordem internacional (BULL, 2002).

¹² A China se queixou que medidas unilaterais, inconsistentes com as regras da economia liberal, estão enfraquecendo a Organização Mundial do Comércio (OMC). (Reuters, 2019) Disponível em: <<https://reuters.com/article/us-usa-trade-wto-china/china-says-u-s-policies-are-causing-existencial-damage-to-the-wto-idUSKCN1SJ1QI>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Dentre tais objetivos está, em primeiro lugar, a proteção e conservação do SI e da própria sociedade. Em segunda instância, vem a preservação da soberania dos Estados membros, sem relegar a um plano menor as medidas governamentais para a contenção da violência e a salvaguarda da vida social. Por fim, o objetivo da manutenção da paz, na tentativa de que a ausência de guerra entre os Estados seja uma circunstância habitual na relação entre os estados membros (BULL, 2002).

Inaugurados após o advento da bomba atômica, os Estudos de Segurança Internacional foram muito impulsionados pela bipolaridade da Guerra Fria e pelo excedente de armamentos convencionais e nucleares que marcaram o período, desenvolvendo-se de forma positivista e progressiva em resposta à política das grandes potências, às novas tecnologias e aos eventos chave¹³. Os ESI demonstram capacidade evolutiva ao adaptarem-se àquelas questões, que constituem seus marcos teóricos estruturais:

Privilegiar o Estado como o objeto de referência; incluir tanto as ameaças internas quanto as externas; expandir a segurança para além do setor militar e do uso da força; ligar a segurança a uma dinâmica de ameaças, perigos e urgência (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 35-36).

O domínio marítimo como objeto de referência do Estado foi explorado Hugo Grócio (1543-1645) em seu *De Mare Liberum* (1609) – juntamente com as suas postulações sobre o Direito Natural e a Guerra Justa¹⁴, influenciaram significativamente quer na teoria, quer na prática do Direito Internacional, como também no domínio das Relações Internacionais –, em defesa de quebras de monopólios e sequestros por compatriotas holandeses, aquele jurista holandês defendeu que o mar permite exploração ilimitada dos seus recursos além de constituir essencial meio de comunicação (TILL, 2013).

¹³ Eventos marcantes na história e que geram perturbações à ordem internacional (BUZAN; HANSEN, 2012).

¹⁴ Os primeiros conceitos de Guerra Justa e do Direito Natural foram apresentados na obra *De Jure Belli ac Pacis* (1625), onde Grócio explica que, sendo o sistema internacional anárquico, ou seja, sem autoridade superior, cabe à sociedade dos Estados controlá-lo, por meio de leis e normas que fariam existir uma certa ordem nas relações internacionais (DIAS, 2010).

A Paz de Westfália¹⁵ (1648), considerado o momento fundador do Estado moderno, permitiu o controle da emoção política nos contenciosos interestatais, minimizando assim conflitos e guerras em potencial. Com a evolução dos eventos chave, passando pelo nascimento do nacionalismo moderno das Revoluções Francesa e Norte-americana, moldou-se o Sistema Internacional¹⁶. O Estado territorial soberano que emergiu, com forte ascensão sobre a sociedade, consolidou o princípio da não interferência em assuntos internos (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 55-64).

No período da Guerra Fria observou-se uma fusão do objeto de referência ao incluir no mesmo contexto da segurança o Estado e a sociedade. O período subsequente evidenciou, nos ESI, o impacto das novas ameaças e atores, que alteraram, de forma substancial, a agenda de segurança internacional. Os Estados reformularam suas políticas de defesa, buscando salvaguardar seus interesses, riquezas, mas acima de tudo, sua soberania e a segurança de seus cidadãos. A agenda da segurança estatal tornou-se intimamente dependente do equilíbrio entre as ameaças internas e externas (BAHIA, 2017; BUZAN; HANSEN, 2012).

Buzan e Hansen (2012), sobre os papéis do Estado e da sociedade diante da discussão sobre a importância entre as ameaças internas e externas, distinguem a baixa percepção das questões associadas à agenda de segurança externa em algumas sociedades periféricas no SI – onde podemos enquadrar a sociedade sul-americana – privilegiando as questões internas e individuais aos perigos e as emergências originadas no ambiente externo. Porém, com a globalização, este entendimento e percepção das ameaças por regiões periféricas tem recebido novos componentes. Diversos fatores começaram a ser incorporados às agendas de segurança que passaram a abranger setores outrora alheios às questões de segurança externa,

¹⁵ Acordo celebrado após a Guerra de Trinta Anos (1618-1648) na Europa, a Paz de Westfália permitiu a constituição da sociedade internacional, com normas mutuamente acordadas que definem os detentores de autoridade e suas prerrogativas, sendo o Estado moderno essa autoridade soberana (PHILPOTT, 1999, p. 569).

¹⁶ O SI anárquico que prevalece até hoje (N.do A.).

sob pena de serem preteridos. Por consequência houve a demanda pelo envolvimento de diversos segmentos da sociedade, não apenas das esferas dos poderes político e militar, englobando todas as expressões do poder.

A inclusão de novos atores no SI é analisada por Buzan et al. (1998), posto que alguns estudiosos começaram a entender que as causas de um conflito poderiam ter também um viés não-militar, considerando que a participação daqueles atores está cada vez maior, reduzindo o estado-centrismo. O que era anteriormente apenas uma apreensão com a segurança da humanidade contra as guerras, recebeu nova roupagem e assim, como os novos atores componentes das RI, a segurança internacional tornou-se peça fundamental na moderna arquitetura do poder.

Quando a preocupação com tais setores ultrapassou as fronteiras físicas dos países, saindo do ambiente interno e interferindo nas relações internacionais, a concepção de segurança internacional ganhou novas características, não substituindo a segurança interior dos Estados, mas sim, somando-se a esta. Consequência dessas transformações, sobreveio uma agenda de segurança mais ampla e de certa forma equilibrada, coerente com o ambiente volátil e incerto que marca o SI e a América do Sul (BUZAN; HANSEN, 2012).

Uma corrente dentro dos ESI – a dos que defendem uma agenda de segurança mais ampla – entende que a abordagem sob o ponto de vista regional é de utilidade comprovada pela capacidade de estabelecer cenários sobre alicerces conhecidos, na qual a formação de Complexos Regionais de Segurança é influenciada pela existência de fronteiras e aproximações geográficas entre vizinhos, gerando maiores interações de segurança ao ponto de criar uma interdependência na área de segurança entre os Estados (BUZAN; WÆVER, 2007).

Ampliando os conceitos da Escola de Copenhague sobre securitização e as relações de poder e amizade entre os atores do SI, observamos que a análise da segurança pode ser feita no nível global, regional ou local. A teoria clássica dos CRS baseia-se nas expressões Política

e Militar, enquanto uma corrente ampliadora busca expandir para outros setores e defende essa abordagem como fundamental para a análise da temática regional (BUZAN et al., 1998).

Nessa conjectura, um conceito que está intimamente ligado à conquista daquela ordem internacional e, conseqüentemente, da interdependência é o de segurança, quer do indivíduo, da sociedade, ou do Estado. “Ao inserir-se no SI anárquico conduz para que, na conformação de um CRS, duas formas de relação devem estar presentes: as relações de poder e os padrões de amizade e inimizade entre os Estados” (BUZAN; HANSEN, 2012).

Quanto aos Complexos Regionais de Segurança, releva definir seu conceito e seus objetivos, caracterizando-se por serem fruto de um modelo de estudo das interações regionais sobre o tema, buscando representar as dinâmicas globais do SI. O nível regional – além do global e do nacional, predominantes – seria o mais adequado para uma análise de segurança, tendo em vista as conseqüências dessas interações em uma determinada região, e que, os CRS se formam quando os Estados e outros atores se aproximam ao ponto de se tornarem interdependentes nas questões de segurança (BUZAN; WÆVER, 2007 *apud* BAHIA, 2017).

Na América do Sul, cabe explorar a subdivisão proposta por Buzan e Wæver (2007) em dois subcomplexos regionais de segurança (Sub-CRS) – o Cone Sul e o Norte Andino. As situações geopolíticas dos dois Sub-CRS são bastante diferenciadas, em especial ao norte do subcontinente e representado pelo arco de instabilidade da América do Sul (Figura 2), que deriva de uma evolução do proposto na moldura inicial dos ESI sobre as diferenças entre as duas sub-regiões do subcontinente (BUZAN; WÆVER, 2007; RODRIGUES, 2015).

A regionalização representa, para a América do Sul, a oportunidade de estabelecimento de um Complexo Regional de Segurança Sul-americano, que, segundo Buzan et al. (1998) deve possuir as seguintes características: ser composta de dois ou mais Estados agrupados de forma geograficamente coerente; interdependência de segurança entre os Estados

– seja positiva ou negativa, desde que diferencie o grupo dos demais atores externos estatais; e que o padrão de interdependência seja duradouro ainda que anárquico.

Além disso, num cenário de instabilidade e potenciais conflitos, o CRS é útil ao permitir maior cooperação e normatização por meio de instrumentos políticos comuns e outros mecanismos regionais, além da possibilidade de apoio mútuo em questões de defesa (BUZAN; WÆVER, 2007). O Sub-CRS Norte Andino (Figura 3) – onde há maior potencial de conflitos, carência de liderança e maior permissibilidade a influências externas – concentrará o ponto focal das análises do trabalho, com o objetivo de avaliar os desafios e as oportunidades para a integração regional.

2.2 Poder Naval e Diplomacia

O Almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914) destacou-se por sua convicção da importância permanente da guerra no mar, quaisquer que fossem as mudanças proporcionadas pelas técnicas ou viabilizadas pelas táticas. A sua obra *The Influence of Sea Power upon History (1660-1783)* coloca o uso político do poder marítimo para a grandeza dos Estados como questão central, que, para tal, necessitavam: possuir uma grande força naval, destinada a alcançar o comando do mar, que impedisse outros países de interferir ou ameaçar o seu comércio; obter o comando do mar, alcançado pela concentração e emprego da esquadra de combate na batalha decisiva; possuir bases navais em regiões estrategicamente relevantes que permitissem operar à distância e por longos períodos (RIBEIRO, 2010).

Apesar de não parecer válido que hoje se possa considerar, como aconteceu no tempo de Mahan, a existência de um vínculo de preponderância das estratégias gerais de natureza marítima sobre a estratégia integral de qualquer país, é possível ressaltar o uso político das Marinhas. Para os Estados, as relações entre os interesses econômicos e não somente estas,

mas a sua própria defesa, dependem dos respectivos poderes navais e marítimos e sua aplicação política (RIBEIRO, 2010).

A aproximação da estratégia para além de tempos de guerra e o surgimento da globalização trazem a necessidade de enfrentar questões como o narcotráfico, imigração ilegal, além da preservação do meio ambiente, da defesa da soberania do Estado e dos recursos naturais da sua zona econômica exclusiva ou plataforma continental, fazendo com que o emprego e capacitação das forças navais sejam repensados e adaptados à nova realidade (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

A estratégia naval se vê assim flanqueada por uma diplomacia naval cada vez mais intensa, que se exerce de maneira quase permanente, mas que se manifesta naturalmente em caso de crises públicas (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 485).

Coutau-Bégarie (2010) definiu que o ambiente marítimo como fonte de riquezas, meio de comunicação e palco de conflitos ressalta a importância de promover um estreitamento de relações nas questões marítimas. O Poder Naval permite o estabelecimento de fortes laços interestatais, em que parcelas consideráveis dos seus meios são empregadas em visitas a portos e em operações com navios e militares de outros países. A identificação do mar como fonte de riquezas é um dos pilares da Política Naval Brasileira (2019) que destaca a necessidade de incluir, de forma perene e sólida, a segurança marítima na agenda política (BRASIL, 2019d).

Somadas às perspectivas ampliadoras dos ESI, podemos depreender que a adoção do discurso de proteção do nosso domínio marítimo na Amazônia Azul¹⁷ corresponde à expectativa que a sociedade demanda de uma Marinha capacitada e baseada numa estratégia naval moderna e equilibrada, provendo excelentes argumentos para a obtenção dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais que compõem um Poder Naval crível e com capacidade dissuasória (*ibidem*, 2019d).

¹⁷ Ecossistema de área comparável à Amazônia brasileira e de vital importância para o país face os relevantes recursos incorporados ao Brasil, em especial as maiores reservas de óleo e gás do país (BRASIL, 2018e).

O valor diplomático das Marinhas advém das funções estratégicas que desempenham, e que permitem ao Poder Naval atuar como elemento estabilizador e instrumento da diplomacia, confundindo-se com seu estrito emprego militar. A diplomacia naval, ao visar o emprego das forças navais e suas capacidades para atender objetivos políticos, é de crescente utilidade, consequência também de suas características específicas, que as distinguem das outras forças, devendo para tal possuir: capacidades equilibradas; mobilidade estratégica; e flexibilidade (TILL, 2013).

Coutau-Bégarie (2010) defende que, na cena de ação, as Marinhas vêm se transformando na ponta de diamante da dissuasão e compara que não há diferenças na natureza das estratégias marítimas contemporânea e clássica, a exceção da dimensão nuclear. Para o autor, a complexidade da estratégia naval que emergiu – e ultrapassou os santuários de utilização do armamento nuclear – somada à fragmentação do SI pós-Guerra Fria, favoreceram a instabilidade nos cenários regionais, multiplicando os focos de crises e conflitos.

Ao prover os meios que permitam aos Estados solucionarem desafios complexos do século XXI, as Marinhas oferecem elementos de poder numa ampla gama de instrumentos diplomáticos que podem ser usados em tempos de paz e em tempos de crise ou de guerra. A importância do mar e do poder marítimo tenderão a aumentar nesse período, considerando que o mar é meio que tanto une quanto pode separar países e regiões (TILL, 2013).

Wedin (2015) contribuiu nesse sentido ao citar a importância do Poder Naval como instrumento de demonstração permanente da diplomacia de um Estado por meio do estabelecimento de bases ou estações navais em locais de interesse estratégico, além da realização de visitas operativas a portos e visitas para mostrar a bandeira – Navios-escola e Navios-veleiro, num exemplo brasileiro. Outra possibilidade colocada, deve-se ao auxílio naval que inclui a criação de Missões de Navais, fornecimento de navios e apoio de manutenção –

onde o Brasil tem longo histórico e presentemente atua de forma análoga nas missões navais em Cabo Verde e na Namíbia (WEDIN, 2015 *apud* BITTENCOURT, 2018).

Para ilustrar esse emprego diplomático do PN no Brasil vale relembrar o episódio contencioso que ficou popularmente conhecido como a Guerra da Lagosta (1963), quando ocorreu uma crise política e estratégica envolvendo o Brasil e a França decorrente de uma disputa na plataforma continental brasileira em relação à presença e o apresamento de pescadores franceses em atividades de pesca próximas ao litoral brasileiro e amparados pela presença de uma Força Naval na costa da África, cujas manobras coercitivas não foram aceitas pelo Estado brasileiro. Uma Força Naval brasileira, apoiada pela FAB, deslocou-se ao local das disputas o que culminou com a retirada dos franceses, demonstrando a capacidade dissuasória do Poder Militar e sua contribuição na solução de crises diplomáticas (BITTENCOURT, 2018).

É justamente na ampliação da agenda de segurança em direção à sociedade e às demais expressões do poder nacional, onde se verificam oportunidades ao papel do Poder Naval como elemento estabilizador e instrumento da diplomacia (BUZAN; HANSEN, 2012). A cooperação em todas as expressões do poder é fundamental para lutar contra as ameaças ampliadoras das questões de segurança como os crimes transnacionais, terrorismo, pesca ilegal e outras ameaças não tradicionais em que Marinhas modernas tem papel destacado.

2.3 Marinhas modernas e as transições de poder

Ao buscar analisar o PN brasileiro devemos recorrer às reflexões do Vice-Almirante Vidigal (1928-2009) nas quais afirma, sobre uma estratégia naval para o Brasil no Século XXI, que para acompanhar a evolução tecnológica e manter ou desenvolver o conhecimento operativo associado aos diversos componentes do Poder Naval, é preciso que os meios disponíveis – mesmo em quantidade inferior às reais necessidades de uma Marinha como a do Brasil – formem um sistema completo e balanceado (VIDIGAL, 2001).

Um importante conceito é oferecido por Till (2013) ao comparar as forças navais de acordo com a divisão dos Estados e respeitando seu desenvolvimento econômico em pré-modernos, modernos e pós-modernos. Os Estados pré-modernos têm por características a economia limitada, baseada essencialmente na agricultura; governança instável e grandes níveis de corrupção. Os Estados modernos possuem indústrias de massa eficientes e que tem expectativas realistas nas relações internacionais. Os Estados pós-modernos são eficientes economicamente e institucionalmente, estruturam-se para atender a economia globalizada da era da informação.

Numa comparação entre as características das marinhas, Till (2013, p. 57) sintetiza da seguinte forma: “as marinhas modernas são mais tradicionais, convencionais, competitivas e centradas no Estado. Por outro lado, as marinhas pós-modernas tendem a ser não tradicionais, não convencionais, colaborativas e centradas no Sistema”. A categoria das marinhas pós-modernas, explora a transformação e a inovação, sendo influenciadas pela globalização e pelos conceitos da segurança por meio dos complexos regionais como aqui se pretende avaliar.

Os avanços tecnológicos da última metade de século, especialmente a significativa redução dos custos com comunicação e computação, permitiram a transição daquele poder concentrado nos governos e corporações multinacionais para outros atores. Hoje as comunicações são disponíveis e atores não governamentais se valem disso para ocupar um lugar de destaque no SI (NYE, 2010).

Segundo o autor – defensor do poder brando ou *soft power* – a combinação de normas, regulamentos, redes e instituições multilaterais que constituem o SI são alimentadas pela necessidade da manutenção das relações, transações interestatais ou não cooperação da forma mais coordenada possível. O *soft power* se vale das mudanças em termos de difusão de poder por meio da habilidade de conduzir os outros a fazer o que você quer ou como você faz. Em termos de recursos, isso pode representar a economia necessária a um país com orçamentos

limitados. A diplomacia naval pode ser enfraquecida numa situação de crise ou conflito, caso a capacidade dissuasória do PN não esteja à altura da ameaça (NYE, 2010).

Consciente da perene ameaça do conflito e da guerra, Nye (2012) evolui a análise ao verificar que o poder duro ou *hard power* representado pelo uso da força e pelo exercício do poder coercitivo pelos Estados é uma realidade. Como nos lembra Maquiavel (1995),

Há dois modos de combater: um com as leis, o outro com a força. O primeiro é próprio do homem, o segundo dos animais; mas, como o primeiro modo muitas vezes não é suficiente, convém recorrer ao segundo (MAQUIAVEL, 1995, p. 33).

O realismo, representado pelo *hard power* em suas expressões econômicas e a efetiva cobrança dos acordos internacionais associada ao fortalecimento do Poder Militar, nos faz refletir sobre a necessidade de equilíbrio nas transições de poder rumo ao atingimento de objetivos estrategicamente estabelecidos. A perspectiva de uma possível transição na geopolítica do poder do Oeste – Ocidente, para o Leste – Ásia, associada a uma dispersão do poder interestatal em direção a atores não-estatais, conduz para que haja vantagens em mesclar as capacidades de exercer o poder de forma suave e também de forma dura (NYE, 2012).

Das características principais do poder brando e do poder duro enunciados por Nye (2012), emerge uma forma de transição de poder e influência possuidora de características que recomendam seu emprego no ambiente internacional instável e ambíguo e de difícil previsibilidade em matéria de ameaças externas ou internas. Essa ferramenta de poder é batizado pelo autor de *smart power*, podendo ser empregada pelas diversas expressões do poder nacional incluindo a Marinha do Brasil. Aliando um Poder Militar crível e capacitado pode-se obter um PN forte em dissuadir ameaças externas e usar da Diplomacia Naval.

Conclui-se que, ao contar com uma Força moderna e que contribua para todos os setores da sociedade, o modelo mais inteligente de atuação da MB, que apoie a liderança brasileira na AS, será facilitado pela aplicação do *smart power*, incrementando e fortalecendo as alianças com outros Estados e atores do SI.

3 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

O ambiente internacional volátil, incerto, complexo e ambíguo é especialmente notado na América do Sul a partir de 2008, quando eventos regionais, inter-regionais e globais como a crise econômica mundial¹⁸; a estratégia militar norte-americana com a reativação da 4ª Esquadra sob o Comando de Defesa Sul sediado na Flórida; a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS); a crise diplomática¹⁹ entre Colômbia, Equador e Venezuela e o robustecimento do Bolivarianismo liderado pelo ex-presidente da Venezuela Hugo Chavez (1999-2013).

Neste capítulo serão analisadas as relações entre os Estados como atores de securitização ou atores funcionais que influenciam àquelas dinâmicas, seguindo, como moldura, os conceitos dos ESI. Uma abordagem dos fatos que podem oportunizar a integração do CRS Sul-americano, coerente com a agenda de segurança ampliada proposta por Buzan e Hansen (2012), deve incluir as expressões do poder nacional daqueles Estados, o Brasil, e a importância dos acordos bilaterais, mecanismos multilaterais e a cooperação em defesa, dentre outros aspectos que contribuam para a consolidação de uma Zona de Paz na América do Sul.

O ponto de partida para o entendimento das semelhanças e diferenças que marcam o perfil político dos países da região refere-se a compreensão dos seus processos de independência e as desconfianças e conflitos que neles se originaram. Na América do Sul o processo de independência das colônias europeias, especialmente as espanholas e a portuguesa, ao eclodirem no início do século XIX, resultaram em diferentes sistemas políticos que marcaram a trajetória das ex-colônias até a consolidação nos Estados atuais (BAHIA, 2017).

¹⁸ Conhecida como Crise dos Subprimes (2007-2008), teve origem nos EUA causando um terremoto no sistema financeiro internacional, vindo inclusive a influenciar as agendas econômicas em nível global, tendo a AS sido afetada pela dependência de algumas economias aos EUA (N. do A.)

¹⁹ A crise diplomática eclodiu entre os três países do Norte Andino após as Forças Armadas Colombianas realizarem uma operação no território equatoriano contra as FARC e que resultou na morte de um dos seus principais líderes, Raul Reyes, e outros 16 guerrilheiros (PAGLIARI, 2009).

3.1 América do Sul: independência, desconfiança e conflitos

Na América hispânica, aproveitando-se da instabilidade política nas metrópoles após o desfecho das invasões francesas à Península Ibérica, os *criollos*²⁰, contando com o apoio financeiro anglo-americano, convocaram as populações coloniais ao levante. Simón Bolívar (1783-1830), José de San Martín (1778-1850), Bernardo O'Higgins (1778-1842) e José Sucre (1795-1830) – os Libertadores da América, como são conhecidos os principais líderes regionais que coordenaram os movimentos de libertação sul-americanos – organizaram e conduziram exércitos com os quais proclamaram a independência de vários países latino-americanos. Os novos Estados²¹ que emergiram desse processo na América do Sul escolheram como forma de governo a republicana (AQUINO et al., 2000; TARCILO, 2018).

Por outro lado, a independência do Brasil se deu pela insatisfação da aristocracia rural brasileira, que perdia gradativamente seus privilégios e, sobretudo, por ocasião do retorno de Dom João VI para Portugal, deixando seu filho como príncipe regente. Dom Pedro I, ao anunciar o rompimento político com Portugal (1822), decretou o fim de um laço político, sem, no entanto, alterar o desenvolvimento colonial e suas bases socioeconômicas – trabalho escravo, monocultura e latifúndio. A manutenção dos privilégios catalisou o apoio ao Império, sendo o Brasil o único Estado sul-americano a permanecer como monarquia durante o século XIX (KOSHIBA; PEREIRA, 2003).

Essa rápida análise sobre a colonização e o processo emancipatório dos países sul-americanos demonstra uma diferença relevante, estrutural e política, para a discussão sobre integração regional. Na América espanhola acabou prevalecendo a vontade das elites locais, decorrendo na fragmentação territorial em diversos países onde todos se tornaram repúblicas.

²⁰ Adjetivo designador dos nascidos em territórios ou colônias espanholas na América e que realça as qualidades da sua descendência europeia.

²¹ Bolívia, Uruguai, Argentina, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Paraguai, Venezuela

No Brasil, desde o princípio, os interesses de Portugal se sobressaíram aos de sua colônia, que mesmo após a independência não rompeu com o modelo vigente, permanecendo como uma monarquia. Ao expandir e manter suas conquistas territoriais, conservou a união e a sua integridade interna. Essas diferenças acabaram criando certa desconfiança por parte das antigas colônias da Espanha, quer entre elas próprias, quer em relação ao Império Brasileiro, sobre quem pairava a suspeita da continuação de uma mentalidade expansionista (KOSHIBA; PEREIRA, 2003; BAHIA, 2017).

Pela perspectiva brasileira, esse expansionismo de fato existiu e gerou conflitos em sua maioria de baixa intensidade, num ciclo que começou com o movimento das bandeiras e a União Ibérica, passou pelas guerras do Império e foi concluído com as hábeis negociações do Barão do Rio Branco no início do século XX. De forma política e negociada concluíram as questões de fronteiras e, hoje, tanto as terrestres quanto as marítimas são bem delimitadas e não contestadas oficialmente²² pelos vizinhos no subcontinente. Devido a processos de independência conflituosos e diversos entre si, houve desconfianças, na ótica dos demais Estados, inclusive para com o Brasil, origem de vários conflitos interestatais (BAHIA, 2017).

Sobre os principais conflitos interestatais na AS, Buzan e Wæver (2007) identificam que os ocorridos no século XIX²³ e os mais recentes possuem características tradicionais e limitadas, com reduzido número de baixas: a Guerra do Chaco (1932-35) entre Bolívia e Paraguai; a Guerra de Leticia (1932-33) entre Colômbia e Peru; as Guerras do Cenepa, entre Peru e Equador (1941, 1981 e 1995); e a Guerra das Malvinas (1982) entre Argentina e o Reino Unido (Figura 4). Confrontam duas realidades opostas, onde os conflitos interestatais são mais contidos e de menor intensidade quando comparados aos conflitos intraestatais, “conforme

²² Em pesquisa junto à Corte Internacional de Justiça em Haia, associada a ONU, não constam pleitos contra o Brasil no que tange às fronteiras terrestres ou marítimas por parte dos vizinhos sul-americanos.

²³ Buzan e Wæver (2007, p.305) destacam como principais conflitos interestatais sul-americanos no século XIX a Guerra da Cisplatina (1825-28) entre Brasil e Argentina, a Guerra da Tríplice Aliança (1865-70) – Paraguai contra o Brasil, Argentina e Uruguai – e a Guerra do Pacífico (1879-83) – Chile contra Peru e Bolívia.

ocorrido nas sangrentas guerras civis colombianas, nos movimentos guerrilheiros no Peru²⁴ e nos governos militares com repressão aos dissidentes no Chile (1973-77) e na Argentina (1976-1980)” (BUZAN; WÆVER, 2007, p. 305, tradução nossa).

Um exemplo marcante é o da Colômbia, onde conflitos internos com grande perda de vidas demonstram que a violência política é uma questão a ser superada para vencer a fragmentação e abrir caminho para a integração regional. Primeiramente na Guerra dos Mil Dias (1899 – 1902), uma guerra civil entre liberais e conservadores que resultou em 120 mil mortos e cujo desfecho coincidiu com a separação da República de Nova Granada²⁵. Num segundo confronto interno entre liberais e conservadores no período de 1948 a 1957 – com perdas estimadas de vidas de 250 mil a 300 mil colombianos e chamado de *La violencia* (BUZAN e WÆVER, 2007, p. 315). Atualmente o país luta para deixar para trás os conflitos armados contra as guerrilhas, narcoguerrilheiros e outros movimentos paramilitares, que desde o seu surgimento em 1962 continuam contabilizando dezenas de milhares de perdas de vidas humanas e gerando instabilidade política.

Holsti (2004) também problematizou e desmistificou o uso da força controlada nas relações regionais – a zona sem guerra²⁶ que representa a AS. Negociações militarizadas de baixo nível, tais como ameaças verbais e demonstrações de força, muitas vezes encontram apoio no público e reticência por parte das instituições regionais em se envolverem, podendo recompensar o iniciador, enquanto a existência de mecanismos regionais, contraditoriamente, reforça este comportamento desafiador. A paz violenta²⁷ caracteriza a região do subcontinente,

²⁴ O Peru enfrentou um longo conflito interno de baixa intensidade contra o grupo guerrilheiro separatista Sendero Luminoso no período de 1982 a 2000, com estimativas de mais de 70.000 mortos (PAGLIARI, 2009, P.107).

²⁵ Decorrente do período conflituoso nasceram os Estados independentes da Colômbia e do Panamá em 1903 – este por influência dos EUA e seus planos de estabelecer ali uma passagem que unisse os dois Oceanos (BUZAN, WÆVER, 2007).

²⁶ Para Holsti (2004), a América do Sul inicialmente poderia ser vista como uma zona de paz, entretanto, em face de seus problemas, decorrentes de Estados fracos, ele a coloca em outra categoria, a de Zona sem Guerra.

²⁷ Mares (2001) refere-se a um conjunto de Estados, com níveis distintos de desenvolvimento econômico, que se engajam em constantes interações em assuntos nos quais seus interesses não são harmoniosos.

marcada por intervenções e crises militarizadas, alianças e corrida armamentista, mas não produz guerras interestatais; embora conflitos militarizados sejam frequentes (MARES, 2001 *apud* PAGLIARI, 2015, p. 28).

Para Buzan e Wæver (2007), apesar da baixa intensidade dos conflitos interestatais na América do Sul, há muitas questões que fazem parte da agenda da securitização e que unem os países da região como a pobreza extrema, corrupção, narcotráfico, narcoterrorismo, tráfico de armas, agenda ambiental e insegurança pública. Outra importante consideração a respeito dos conflitos internos ocorre no nível doméstico, em que as sociedades latino-americanas, apesar de suas tendências nacionalistas, não apoiam as guerras de conquista (MARES, 2015).

Por outro lado, no Norte Andino àquelas agendas somam-se preponderantes questões militares e sociais. As rivalidades e as hipóteses de conflitos não foram superadas no Sub-CRS Norte Andino, mas sim agravadas com o fortalecimento das ameaças não tradicionais do período pós-Guerra Fria.

3.2 A Integração Regional: dois subcomplexos

Cabe analisar o contexto histórico que reflete essas tentativas de integração do continente e do subcontinente. No tocante às Américas, a busca pela integração começou a aparecer como uma forma de solidariedade continental, desenvolvidas por dois modelos distintos: o Bolivarianismo e o Monroísmo (AQUINO; JESUS; FONTES, 2000).

Em meados de 1826, reuniu-se o Congresso do Panamá, considerado por muitos estudiosos a primeira manifestação concreta de cooperação continental. Nessa oportunidade foram aprovadas importantes medidas, dentre elas: o reconhecimento do arbitramento para resolver as disputas interamericanas; a abolição da escravidão; e a busca constante na preservação da paz na região. Novas conferências e congressos foram realizados para discutir

o tema, como as de Lima (1847, 1864, 1874), Santiago (1856), Caracas (1883) e Montevideu (1888).

Dessa forma, as bases de uma comunidade continental foram sendo consolidadas e os fundamentos para uma interação regionalizada começavam a se apresentar nas Américas, sob a ótica do bolivarianismo, que contudo manteve o Brasil e os EUA de fora dessas reuniões, em virtude das atitudes intervencionistas e tentativas de expansionismo com que eram associados. Nesse contexto, prosperou um outro modelo de solidariedade hemisférica, o Monroísmo, conforme demonstra Aquino et al. (2000). Enquanto o tipo anterior apresentava uma visão latina do pan-americanismo, este tem um teor norte-americano, fundamentado na prevalência dos EUA sobre os demais Estados americanos.

Independente da corrente de pensamento, as tratativas para concretizar uma união dos países americanos continuaram. Ao final do século XIX, realizou-se em Washington, a 1ª Conferência Internacional Americana, com a participação de 18 países²⁸ do continente, onde foram tomadas importantes decisões políticas, econômicas e comerciais que lançaram as bases da OEA e outras organizações que veremos mais à frente. Porém, as iniciativas firmadas, como por exemplo, de condenar a guerra expansionista, de recorrer ao arbitramento para solucionar possíveis desentendimentos interamericanos e da possibilidade de se construir uma ferrovia intercontinental resultaram infrutíferas, posto que alguns países não efetivaram o acordo por desconfiarem das intenções norte-americanas (AQUINO et al., 2000).

Outros óbices são fundamentais para dimensionar o desafio da integração regional como bem compilou Bahia (2017, p. 81-86): infraestrutura das linhas de comunicação e de energia insuficientes; a fragilidade institucional dos Estados; a influência dos EUA; a ausência de liderança efetiva na região. Somam-se barreiras geográficas representadas pela Cordilheira

²⁸ Naturalmente os EUA, como país anfitrião, e o Brasil republicano estavam incluídos (N. do A.).

dos Andes, pela Amazônia e pelas distâncias continentais envolvidas, além dos diferentes idiomas e culturas encontrados.

As diferenças políticas e ideológicas devem ser consideradas na avaliação das lideranças regionais e do contexto temporal, pois reforçam as rupturas, como observado nas constantes tensões entre os governos colombianos e venezuelanos, na crise com a invasão de território equatoriano pelos colombianos em 2008²⁹ e que provocou movimento de tropas e o assistencialismo mútuo entre os poderes militares de Equador e Venezuela (PAGLIARI, 2009).

Esse evento foi resolvido pela via diplomática após uma resolução da OEA³⁰ ter acatado as deliberações do Grupo do Rio e rejeitado a violação do espaço aéreo e terrestre equatoriano por parte da Colômbia, que efetuou um pedido de desculpas formal, com base na Carta da organização. Ademais, pode ser considerado um evento chave no equilíbrio regional pois foi a primeira vez que um país sul-americano violou a soberania de outro a fim de combater uma ameaça interna em outro país, além de evidenciar que os conflitos nas regiões limítrofes permanecem uma realidade³¹ (OEA, 2019; PAGLIARI, 2009).

Buzan e Wæver (2007), ao abordarem a questão da securitização no CRS Sul-americano, sintetizaram que os principais setores que atuam para a integração são o econômico e o político no Cone Sul, que goza de maior desenvolvimento quando comparado ao sub-complexo Norte Andino. Isso pode ser explicado pela aproximação entre o Brasil e a Argentina, especialmente após o apoio brasileiro no Conflito das Malvinas. Outro importante evento chave para a aproximação no sul foi a solução do conflito entre a Argentina e o Chile pelo Estreito de Beagle³² em 1984.

²⁹ Cf. nota 17 p. 27.

³⁰ Resolução RC.25/RES.1/08 rev.1. 17 mar. 2008. Disponível em: <www.oas.org/pt/council/RC/XXV.asp>. Acesso em: 13 ago. 2019.

³¹ Naquele episódio, motivada por uma ameaça interna e não tradicional representada pelas FARC (N.do A.).

³² Conflito territorial e marítimo próximo a região dos estreitos na Patagônia que se arrastou pelo século XX, vindo a ser solucionado pela via diplomática após mediação do Papa João Paulo II em 1984 (N. do A.).

O processo de superação das rivalidades entre Brasil e Argentina, em curso desde o Acordo Itaipu-Corpus (1979) e o distensionamento das desconfianças geradas pelos respectivos programas nucleares de ambos os países, e desde então, vem desenvolvendo uma cooperação econômica cuja ponta de diamante é o MERCOSUL, bem como a cooperação na área nuclear desde o lançamento do Programa Nuclear da Marinha em 1979³³ (PAGLIARI, 2015).

Vale mencionar que, na delimitação do Sub-CRS do Cone Sul³⁴ é atribuída a condição de Estado tampão à Bolívia. Pela perspectiva dos conflitos latentes com o Chile pelo acesso ao Oceano Pacífico, das suas raízes e participação na Comunidade Andina de Nações, aproximam mais aquele país do Norte Andino. Nesse sentido também serão incluídos outros atores regionais – os Estados amazônicos e que compõem as Guianas, bem como a Guiana Francesa, território ultramarino francês amazônico. Passamos então a analisar os pontos mais significativos dessas relações estatais e que possam contribuir em alguma conta para a integração daquela parte do subcontinente (BUZAN; WÆVER, 2007).

3.3 O Brasil e o Norte Andino

No desencadeamento de ideias sobre os sistemas regionais, corrobora a importância da regionalização ao nível do subcontinente, pois esta é considerada objetivo estratégico da política externa do Brasil. Qualquer tipo de instabilidade na região, pode afetar a segurança dos países. Para tanto, o estreitamento das relações, inclusive na área militar, contribui, profundamente, para a consolidação de um bloco que possa bem representar a identidade sul-americana³⁵ no cenário internacional (BAHIA, 2017).

³³ O PNM sempre buscou a transparência quanto aos seus propósitos pacíficos, onde, a cooperação e a colaboração científicas, alteraram de forma profunda a relação de amizade e inimizade na região.

³⁴ Cf. nota 6 do capítulo 1.

³⁵ Objetivo previsto na Carta da UNASUL (BRASIL, 2017c).

O Brasil tem buscado consolidar os ideais desta integração e atuar de forma mais destacada no concerto regional. O posicionamento geopolítico subcontinental do país permite a atuação nos dois subcomplexos – Cone Sul e o Norte Andino – e, nesse caso, a sua atuação produziria reflexos em ambas as sub-regiões da América do Sul (BUZAN; WÆVER, 2007). A mediação brasileira na crise entre Equador e Peru no início dos anos 1990 e a participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), são marcos importantes da liderança brasileira nos conflitos da América Latina (PAGLIARI, 2009, p. 81).

O Brasil fez uma escolha onde não pretende ser um Estado próspero em meio a um entorno composto por países pobres e desesperançados quanto ao seu futuro, pretendendo sim que o crescimento e o desenvolvimento ocorram em todos os Estados sul-americanos de forma paralela (BAHIA, 2017, p. 118).

Sobre a contribuição do Poder Militar para a solução desses conflitos, Flores (2019)³⁶ considerou que, embora um conflito seja improvável, a existência de um poder dissuasor pode afastar aventuras regionais, de modo a promover o entendimento pacífico. Ao dificultar a solução por via da coerção por parte do inimigo, deixa patente que o entendimento pela via pacífica se impõe, também, pela expressão militar, muito embora a América do Sul atualmente e na opinião do autor, seja mais propensa a contemporizar e conciliar.

As barreiras naturais representadas pela Cordilheira dos Andes e pela Amazônia demandam políticas e planejamentos estratégicos alinhados e perenes. Sobre esses óbices geopolíticos à integração, releva destacar o Brasil, que dispõe de características naturais, políticas, militares, econômicas e sociais que favorecem sua liderança em prol da mitigação daqueles desafios. Essas características brasileiras são fundamentais para a atração de investimentos de outros atores do SI – onde se destacam China, Rússia, UE e Índia e será

³⁶ Almirante de Esquadra e importante Chefe Naval brasileiro, ocupou vários postos de destaque sendo Ministro da Marinha do Brasil de 1990 a 1992.

apresentado no capítulo seguinte – que viabilizem com investimentos os projetos de infraestrutura que favoreçam o desenvolvimento e a integração regional.

Certamente, um dos óbices mais importantes no contexto regional são a violência política e a possibilidade dos crimes transnacionais e os atores que os cometem contribuírem para desestabilização da segurança interna dos Estados e suas sociedades. A fragilidade institucional, carente de instituições fortes e permeadas com políticas orientadas pela ideologia e sem planejamento de Estado, bem como a popularização de questões que ampliaram a agenda global – meio ambiente; desenvolvimento social com diminuição de desigualdades; e heranças pós-colonialistas – são também possíveis fatores que podem atuar de forma heterogênea na sociedade provocando conflitos internos (BUZAN; HANSEN, 2012).

Decorrente da presença de outros atores estatais globais, em especial os EUA, percebe-se que o Brasil, a partir de sua posição geopolítica central e, buscando o não alinhamento ideológico automático, poderá contribuir para o desenvolvimento das democracias sul-americanas. As características da liderança brasileira no plano regional, permitem a integração das agendas de segurança e, assim catalisar apoios tanto dos Estados que se alinham automaticamente com a política estadunidense quanto os que buscam a associação a uma ordem internacional multipolar.

3.3.1 Colômbia

O contexto das relações do Brasil com os países do Norte Andino contribuiu para o quadro mais amplo de redescoberta da Colômbia pelo Brasil, e vice-versa, após eventos chave como as grandes competições esportivas³⁷ e, na visão do Embaixador do Brasil na Colômbia³⁸,

³⁷ Houve grande fluxo de turistas sul-americanos no Brasil durante a Copa do Mundo de Futebol (2014) e nos Jogos Olímpicos do Rio (2016).

³⁸ Bitelli, 2019.

pela profunda solidariedade entre os povos após o acidente aéreo com a equipe da Chapecoense, em novembro de 2016. No plano político, ressalta as consequências dos Acordos de Paz com as FARC que permitem uma nova inserção internacional colombiana, não somente em termos de melhoria da imagem internacional do país, mas também quanto à diversificação das esferas temáticas nas quais a Colômbia procurou assumir maior protagonismo (BRASIL, 2019).

Esse protagonismo pode ser evidenciado, especialmente, com o ingresso do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e na ascensão à condição de parceiro global³⁹ da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Também vale ressaltar o aprofundamento da Aliança do Pacífico, sem deixar de privilegiar, por meio da colaboração bilateral, triangular e multilateral com regiões como a América Central e países considerados aliados ou estratégicos, como Canadá, EUA, México, Equador, Peru, Brasil e Chile, além de organizações, a exemplo da OEA a qual vem revalorizando como instância de concertação hemisférica e, ratificando esse posicionamento, sediou a Assembleia Geral da organização em junho de 2019, na cidade de *Medellín* (BITELLI, 2019).

Pela perspectiva militar colombiana foi analisado o Plano Estratégico Naval (2015). Ressalta-se que no documento não se encontram referências específicas para América do Sul, nem para a UNASUL, como também para o CDS, o que é coerente pela posição política, no mínimo, indiferente que a Colômbia reserva aquele bloco. Para o setor de Defesa foram identificados como objetivos o fortalecimento as relações com organismos internacionais como a ONU e OTAN. Sua política de defesa não se mostra direcionada para a consolidação da integração sul-americana a despeito de manter acordos bilaterais com os países andinos e com o Brasil (COLÔMBIA, 2015).

³⁹ A Colômbia tornou-se o único parceiro latino-americano da OTAN em maio de 2017. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_155030.htm>. Acesso em: 13 mar. 2019.

A crise na Venezuela constitui prioridade na agenda da Colômbia, país que recebeu o maior número de imigrantes desde o início da crise humanitária no vizinho⁴⁰, o que traz enormes desafios institucionais e financeiros em zonas que já padeciam de déficit estrutural no acesso a serviços públicos e baixos níveis de desenvolvimento (BITELLI, 2019). O Brasil também pode ser afetado, com o aumento dos crimes transnacionais fronteiriços, e este fato aproximou ambos os países na tentativa de viabilizar a entrada de ajuda humanitária em território venezuelano, o que representa outro capítulo da renovada relação bilateral.

Na área de Defesa, Segurança e Inteligência e ao longo do processo de desmobilização das FARC, justificou-se a preocupação de que novas organizações à margem da lei – à luz das circunstâncias do pós-conflito, resiliência da guerrilha do Exército para Libertação Nacional (ELN); atuação de grupos armados organizados; e outros grupos criminosos – bem como da posição geoestratégica do país na cadeia de produção e distribuição de drogas, pudessem ocupar vazios deixados pela guerrilha. O cenário de transformação motivou a realização, em 2017, em Manaus e Bogotá, de duas reuniões entre os ministros da Defesa e das cúpulas militar, policial e de inteligência de ambos os países (BRASIL, 2019).

Outro ponto focal no relacionamento bilateral foram as reuniões dos diversos mecanismos institucionais. Pela primeira vez, em 2018, foi realizado um encontro no formato 2+2, reunindo chanceleres e ministros da Defesa dos dois países, ocasião em que foi assinado memorando de entendimento que aumentou o contingente militar brasileiro envolvido em atividades de desminagem humanitária na Colômbia. Merecem ser mencionadas, ainda, as reuniões da COMBIFRON, da Comissão de Vizinhança e Integração e da Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasileiro-Colombiana (BRASIL, 2019).

Há que se destacar mais um fator favorável à cooperação regional na produção e exportação de equipamentos militares. Os maiores compradores de bens de defesa fabricados

⁴⁰ Estima-se que mais um 1 milhão de cidadãos venezuelanos tenham chegado à Colômbia em 2018 de um total de mais de 3 milhões de venezuelanos deslocados (BITELLI, 2019).

no Brasil, no período de 2000 a 2010 foram Colômbia, Equador e Chile, com aproximadamente 48% das exportações do setor (NEGRETE et al., 2016). Isso pode ser exemplificado, de maneira indireta, com o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), um projeto estratégico do Ministério da Defesa do Brasil (MD), cujo principal objetivo é monitorar toda a faixa de fronteira terrestre a fim de levantar dados e informações para apoiar possíveis ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais. Em 2017, o então Ministro da Defesa do Brasil, Raul Jungmann, propôs o compartilhamento de informações do SISFRON com os países vizinhos (BRASIL, 2017b), o que abriria, ainda mais, as portas das indústrias brasileiras de defesa no mercado sul-americano, além de aumentar a confiança recíproca entre os Estados.

Sob o aspecto econômico e diante da ameaça transnacional do narcotráfico, não se deixa sublevar a constatação de que Colômbia, Peru e Bolívia estão entre os maiores produtores mundiais de cocaína do mundo, com grandes partes do seu território ocupadas pelo plantio da folha de coca. A atuação de células guerrilheiras remanescentes dos acordos de paz, em especial no Peru e na Colômbia, onde o ELN, maior grupo guerrilheiro em atividade, é acusado de utilizar o narcotráfico como fonte de recursos, causando dificuldades de ordem social e com reflexos diretos nas agendas de segurança interna e externa (PAGLIARI, 2015).

3.3.2 Peru, Bolívia e Equador

As fronteiras terrestres entre o Peru e o Equador foram determinadas com a dissolução da Grã-Colômbia em 1830. Em 1854, o Equador independente negociou, à guisa de amortizar dívidas junto a credores britânicos, uma parte do seu território amazônico, gerando uma escalada de tensão com o Peru que culminou com um bloqueio marítimo ao porto de Guayaquil, exigindo que tais acordos fossem cancelados, bem como o reconhecimento da soberania peruana sobre a área em questão (CASTRO, 2012). No início do século XX as

disputas reiniciaram. Várias tentativas para solucionar a questão, inclusive com a arbitragem dos EUA em 1936, fracassaram.

Por não terem chegado à solução diplomática, o Peru invadiu o Equador em 1941, ocupando extensas áreas equatorianas. Esse embate perdurou, aproximadamente, por seis meses e foi finalizado com o Protocolo do Rio de Janeiro (1942) e significaram para o Equador a perda de 13.000 km². Novamente ocorreu um breve confronto militar em 1981, mas foi no início de 1995 que ocorreu o último embate bélico a respeito da demarcação de fronteira terrestre, na área da Cordilheira do Condor e vale do Rio Cenepa. No dia, 17 de fevereiro daquele ano foi assinada em Brasília a Declaração de Paz do Itamaraty, e três anos mais tarde assinaram um acordo de paz abrangente, ratificado pelos Parlamentos dos dois países e colocando um ponto final no litígio (CASTRO, 2012).

Tanto o Peru quanto a Bolívia têm questões territoriais terrestres e marítimas pelo acesso ao pacífico com Chile durante a Guerra do Pacífico (1879-83). Trata-se da parte setentrional do Chile, onde estão importantes cidades portuárias de Arica e Iquique. Levando em conta que o Peru ainda reclama esta perda, e que a possibilidade de conflito nunca foi esquecida, a fronteira entre esses dois países está repleta de minas explosivas do lado chileno (PALÁCIOS, 2018).

Nesse contexto geográfico, a área marítima na divisa com o Chile junto ao Peru (Figura 5) foi contestada em 2008 pelo governo peruano junto à Corte Internacional de Justiça (CIJ), referente ao dissenso que existia sobre a linha imaginária no mar que delimitava os referidos países e que representava 35.000 km² (CASTRO, 2012) e cujos trabalhos de subscrição de limites foi finalizado.

No campo econômico os principais recursos naturais e pilares econômicos são os hidrocarbonetos no Equador e na Bolívia, e os minérios e a pesca no Peru. Além de representarem riquezas, também atraem ameaças ao mesmo tempo em que travam uma batalha

nem tão silenciosa para reduzir o cultivo de folha de coca – matéria prima para a pasta base de cocaína. Esse pode vir a se tornar novamente um grande óbice para a manutenção da Zona Andina de Paz e Cooperação, tendo em vista o recente exemplo colombiano de como ocorreu a degradação da agenda de segurança enquanto aquele país conviveu com altas taxas de criminalidade decorrentes da narcoguerrilha (ONU, 2018).

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) brasileiro no caso das relações com Bolívia, Peru e Equador reforçam os laços de aproximação, já estabelecidos na Comunidade Andina de Nações (CAN) e também por meio do Grupo de Trabalho Bilateral para a cooperação em Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa (GTBCTID). Estes Estados possuem características geopolíticas tão semelhantes quanto distantes, com a projeção marítima ao Oceano Pacífico, mas ao mesmo tempo dependentes de arranjos políticos para garantir seu desenvolvimento (BRASIL, 2019).

3.3.3 Guianas

Apesar da região – Guiana, Suriname e o território ultramarino francês da Guiana – possuir pequena expressão geopolítica mundial, representam no contexto regional algumas questões importantes para o Brasil e para o Sub-CRS Norte Andino e por isso serão abordadas em conjunto. A independência tardia obtida apenas na segunda metade do século XX⁴¹, a diversidade cultural, os baixos índices de desenvolvimento e a influência dos ex-colonizadores europeus enfrentam também o distanciamento idiomático: na Guiana, o inglês; no Suriname, o holandês; e na Guiana Francesa, o francês. Além disso, existem inúmeras línguas e dialetos indígenas (KREIBOHM et al., 2008).

O contencioso territorial mais ativo na região ocorreu em 2014, quando a Venezuela alegando que parte da área da então Guiana Inglesa era pertencente ao seu território na época

⁴¹ Guiana tornou-se independente da Inglaterra em 1966 e o Suriname da Holanda em 1975 (BBC profile).

da colonização espanhola, passou a reivindicar as terras situadas entre a sua fronteira leste e o Rio Essequibo. Outro fator se somou à disputa em 2015, por ocasião da descoberta de grandes jazidas petrolíferas na plataforma marítima da Guiana Essequiba (Figura 6), e novamente Caracas ressuscitou a questão junto à ONU (PALACIOS, 2018). Além do petróleo, Essequibo tem jazidas de ouro e minérios com as quais o governo guianês espera desenvolver a região de selva pobre. A Venezuela realizou exercícios militares na fronteira e emitiu decreto para incluir a área das reservas petrolíferas dentro das águas territoriais da venezuelanas.

Segundo Palácios (2008), apesar do argumento central da Venezuela apontar que a demarcação atual é fruto de um laudo arbitral⁴² de 1899 e manipulado em favor dos britânicos, é muito possível que a disputa tenha motivação política e eleitoral. Esse uso político das disputas territoriais também foi feito na Argentina em 2012 quando a ex-Presidente Cristina Kischner (2007-2015) reacendeu a questão das Malvinas⁴³ protestando contra a presença de navios da Marinha britânica na região das ilhas e firmou declarações contra o domínio inglês das ilhas por meio da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribe (CELAC). Outro exemplo do uso político, em 2015, deu-se quando o atual presidente boliviano Evo Morales entrou com ação na Corte de Haia para recuperar do Chile sua saída para o mar. Cabe ressaltar que a CIJ apresentou solução para o caso em 2018 arrefecendo as queixas de Morales.

3.3.4 Venezuela

Apesar de terem formado a Grã-Colômbia de onde se separou em 1822, a República Bolivariana da Venezuela desenvolveu-se de forma mais acelerada após a descoberta de

⁴² A Guiana aceitou retomar negociações em 1966, meses antes de se tornar independente. O diálogo resultou num pacto ambíguo que reconheceu a nulidade do laudo, mas manteve o *status quo* até uma solução satisfatória para ambos os lados. Para a Guiana, isso significa que Essequibo permaneça sob seu controle. Já a Venezuela defende que é hora de por fim ao impasse e obter ao menos parte do território (N. do A.).

⁴³ A Guerra das Malvinas, que opôs Argentina e Reino Unido em 1982, foi deflagrada por uma junta militar argentina em crise econômica e social (N. do A.).

reservas petrolíferas na bacia do Rio Orinoco em 1916. Geopoliticamente o país se destacou mundialmente pelo pioneirismo na criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (1960) e pela liderança no estabelecimento de altos preços do petróleo – juntamente com os produtores do Golfo Pérsico, situação que perdurou até 1982 – e, regionalmente quando despontou um movimento ideológico que baseado no libertador Simon Bolívar e liderado por um militar que havia sido preso em uma tentativa de golpe (CASTRO, 2012).

Hugo Chavez (1954-2013) inaugurou o que veio ser chamado de Chavismo, alinhado com o Castrismo em Cuba e fortalecido pela ascensão de governos ditos progressistas em outros países sul-americanos com destaque para o Brasil. Com recursos excedentes dos altos preços das commodities utilizou altas somas para patrocinar esse movimento baseado nos ideais bolivarianistas enquanto fomentava uma nova ordem regional que desafiava os EUA ao estreitar os laços com a Rússia e comprar armamentos daquele país, no que foi copiado por outros Estados da região, incluindo o Brasil (PAGLIARI, 2009). Em 2008, um dos momentos mais vertiginosos desse dissenso aconteceu quando Chávez, então presidente da Venezuela, cortou os laços diplomáticos com Bogotá e realizou movimentos de tropas para a fronteira em apoio ao Equador⁴⁴.

A disputa ganhou novo capítulo em 2015, após um decreto venezuelano, reavivando o contencioso de fronteiras com a Guiana⁴⁵ e com a Colômbia, estabelecendo novas delimitações marítimas de áreas em discussão. A decisão criou um mal-estar no governo colombiano que protestou, pedindo a Caracas (Figura 7) para voltar atrás em sua iniciativa. Mesmo após a morte de Chavez em 2013, o bolivarianismo nacionalista perdurou e está no centro da crise social e política que enfraqueceu o país em todas as suas expressões e gerou novas tensões inclusive

⁴⁴ Cf. nota 17 p. 27.

⁴⁵ *Opus cit* notas 41 e 42 p.43.

com ameaças de coerção e de uso do poder militar de ambas as partes – a Colômbia foi apoiada pelos EUA e pelo Brasil (LOBO-GUERRERO; LAFUENTE, 2015).

Nos últimos meses, vários Estados sul-americanos receberam refugiados venezuelanos que abandonam seu território, em busca de melhores condições sociais e econômicas, fugindo da crise da Venezuela. Ao contrário de outras ondas imigratórias enfrentadas pelo Brasil no passado, o caso da Venezuela requer maior atenção pelas autoridades brasileiras, não pela quantidade de imigrantes que adentram o território brasileiro – a maior quantidade destina-se aos países de origem hispânica com destaque para a Colômbia – mas pelas condições de extrema vulnerabilidade em que se encontram, em situação de miséria, sem quaisquer recursos e com a saúde debilitada por causa da fome e de doenças (WENTZEL, 2018).

Com o intuito de minimizar as condições de acolhimento dos migrantes venezuelanos em Roraima, desde março de 2018, ações foram desencadeadas, como a Operação Acolhida, liderada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). A organização das atividades necessárias à recepção, identificação e acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente do intenso fluxo migratório, contando com o apoio de pessoal especializado, material e instalações (BRASIL, 2019a).

3.4 Os mecanismos de cooperação regionais

É no nível sul-americano que se vai perceber mais acuradamente como a capacidade de ação coordenada na área da segurança foi sendo estabelecida. Neste sentido, mesmo que os atores regionais tenham rivalidades tradicionais pendentes e percepções um tanto distintas acerca de quais são as questões que os desafiam em termos de segurança, pode-se observar que, em circunstâncias particulares, Estados rivais podem cooperar em termos de segurança, situação que pode ser verificada na América do Sul (MARES, 2001).

Ainda que a AS seja caracterizada por um baixo nível de hostilidade, especialmente se admitirmos que os Estados sul-americanos se submetem aos mecanismos internacionais por estarem significativamente imersos na economia global e no mundo diplomático em que os custos de um conflito militar superariam, em muito, os benefícios, observa-se nos incidentes militarizados na AS – entre 2005 e 2011 – um certo ânimo violento na região. Ademais, a região apresenta uma arquitetura variada de segurança com acordos bilaterais, instituições regionais, sub-regionais e hemisféricas e, sendo multidimensional⁴⁶ e flexível, permite a coexistência de instituições antigas e novas colaborando em regimes de segurança cooperativos e coletivos (MARES, 2012).

Pagliari (2009) coloca que a perda do comunismo como inimigo externo provocou uma revisão e um questionamento na região acerca dos resultados concretos que os acordos e as antigas instituições vinham produzindo. A autora indica que a falta de eficiência e eficácia gerou demandas pela instituição de novas bases de cooperação para tratar dos mecanismos de segurança. A autora contribui com a enumeração dos fatores que provocam uma visão de segurança menos integrada: “graus díspares de governabilidade; capacidade de responder ao processo de globalização; e relativamente a conflitos internos; percepção de ameaças; disputas externas e ameaças não-tradicionais.” (PAGLIARI, 2009, p. 92).

Tendo em vista o surgimento desse novo cenário, na América do Sul notou-se a necessidade de agrupar os processos de cooperação e de integração face à constante dependência dos países desenvolvidos. Essa situação relaciona-se à falta de interesses comuns na articulação regional quanto à diplomacia e segurança, como também a não existência de instrumentos voltados para ampliar a atuação conjunta no SI (MENDES et al., 2017).

⁴⁶ A expressão surgiu no âmbito da agenda de segurança da OEA e busca sintetizar o espectro de ameaças amplo, desenvolvendo políticas regionais e estratégias para enfrentá-las (OEA, 2019).

Dentro da moldura dos ESI faz-se necessário analisar a atuação dos principais mecanismos de cooperação regionais que influenciam as relações dos Estados do Norte Andino – Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guianas – e o Brasil. A forma mais institucionalizada para se realizar a cooperação internacional se dá pelas Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIG), compostas por Estados, e as Organizações Não Governamentais Internacionais (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Tais mecanismos, atuando a partir de resoluções, normas e outras medidas conjuntas podem ser aplicados nas mais diversas situações, como por exemplo: na resolução de disputas; nas demandas humanitárias e ambientais; e aplicação do poder militar. Destarte são peças fundamentais para a análise das interações da agenda de segurança e defesa e a ampliação daquela temática como a segurança pública e os crimes transnacionais, o desenvolvimento econômico e social e a proteção do meio ambiente (HERZ; HOFFMANN, 2004).

3.4.1 Organização dos Estados Americanos (OEA)

Com origens que remontam a 1ª Conferência Internacional Americana (1889-1890), que inaugurou o pan-americanismo e pode destacar o tema segurança com a indicação da solução de conflitos por arbitragem. Os movimentos seguintes marcaram o surgimento da União Pan-americana e, por fim, da Secretaria Geral da OEA e teve sua carta assinada em 1948. Nas principais organizações percebe-se uma tendência compreendendo o binômio segurança e desenvolvimento. Essas organizações atuam nas mais diversificadas áreas – política, econômica, saúde, comercial, social, militar, dentre outras matérias. Na carta da OEA podemos identificar esse propósito de aumentar a colaboração e a integração e contribuir, do ponto de vista do pensamento da defesa e da segurança, para o desenvolvimento dos Estados-Membros (OEA, 2019).

Em 1942, foi criada, pelos 21 Estados que naquele tempo formavam a instituição, a Junta Interamericana de Defesa (JID). Esse mecanismo de cooperação militar visava criar condições para aproximar instituições militares, policiais e civis frente a um mundo cada vez mais complexo. Bastante atual é a visão da JID para a segurança do continente:

Ademais das ameaças tradicionais, a segurança dos Estados e do Hemisfério está sendo afetada pelas novas ameaças ou as denominadas ameaças emergentes. Estas novas ameaças presentes em nossas sociedades, são principalmente o terrorismo, o crime organizado, o tráfico de drogas ilícitas, tráfico de armas, ataques cibernéticos, corrupção, desastres naturais, degradação do meio ambiente e lavagem de dinheiro (JID, 2019, tradução nossa).

Em complemento às atividades da JID e com o objetivo precípua de promover a integração hemisférica em altos estudos de defesa, foi estabelecido em Washington DC, EUA, o Colégio Interamericano de Defesa (CID), onde é realizado o Curso Superior de Defesa e Segurança Hemisférica e tem expressiva participação de Coronéis e Capitães de Mar e Guerra das Forças Armadas Brasileiras e Professores da Escola Superior de Guerra (OEA, 2019).

Dentre as ações estruturais e resoluções da OEA constantes do seu sítio e relacionadas ao tema segurança destacam-se: a criação da Secretaria de Segurança Multidimensional (SSM), que tem como principal objetivo ser a referência hemisférica frente às ameaças de segurança, por meio da cooperação dos Estados integrantes. Essa Secretaria possui departamentos que atuam na área da segurança pública, no controle de drogas, contra o terrorismo e contra o crime organizado (OEA, 2019).

A Declaração sobre Segurança nas Américas (2003) identificou, além das ameaças de abordagem tradicional existentes, novas ameaças, desafios e preocupações de segurança no hemisfério, considerando-as de natureza diversa e escopo multidimensional. No entanto, mesmo nas regiões do continente, estes conceitos são muito confusos e ainda não enfrentam os problemas de segurança de uma forma cooperativa, sendo necessário tomar ações concretas a nível continental, o que torna possível ter um confronto eficiente e eficaz daquelas ameaças (MARINQUE, 2015).

3.4.1.1 O Tratado do Rio - TIAR

Em 1947 realizou-se a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança no Continente, na cidade do Rio de Janeiro, que institucionalizou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), tratando basicamente de uma autodefesa coletiva contra um ataque de nação estrangeira de fora da região e, em caso de conflito entre dois Estados membros, a adoção de medidas conjuntas para solucioná-lo. Em 1975, foi assinado por um número menor de Estados do Hemisfério, o Protocolo Adicional ao TIAR, onde foi reformado o Sistema Interamericano de Paz na intenção de melhorar os procedimentos de resolução de controvérsias (OEA, 2019).

A obrigação de assistência mútua e defesa comum dos Estados americanos foi relacionada aos ideais democráticos, cooperação nas políticas de paz e não interferência nos assuntos internos dos demais partícipes. De forma a evitar dúvidas para a aplicação do tratado foram definidas as situações controladas – invasão, bombardeamento ou a utilização de quaisquer armas pelas forças armadas de um estado do território de outro Estado; o bloqueio dos portos ou costas de um estado pelas forças armadas de outro Estado; um ataque das forças armadas de um Estado sobre as forças terrestres, marítimas ou aéreas de outro Estado – se necessário aplicando medidas coercitivas até mesmo com o uso da força conforme o artigo 8 do protocolo adicional (OEA, 2019).

Importante ferramenta de cooperação em assuntos de defesa e sob coordenação da OEA são as Conferências dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA). Instituído sob a pauta de obter maior uniformização das Forças Armadas da região e propondo maior cooperação nos assuntos de segurança (OEA, 2019). Desde a última reunião da CMDA, foram subdivididos em subgrupos – SAR; desastres humanitários; igualdade de gênero; proteção ambiental; e resiliência climática –, além do tema evolução do papel das Forças Armadas, com

um Grupo *Ad hoc*, que mantém, por influência dos EUA, em pauta prioritária o combate ao narcoterrorismo (OEA, 2019).

No período da Guerra Fria, a OEA refletiu a posição dos EUA com foco na contenção da influência da ex-URSS e teve ativa atuação na Crise da Baía dos Porcos em CUBA, resultando em 1962 na suspensão daquele estado – alinhado com o comunismo russo – da organização. No período que se seguiu, observamos a criação das Conferências dos Ministros da Defesa das Américas, visando maior uniformização das Forças Armadas da região e propondo maior cooperação nos assuntos de segurança, com a inclusão da pauta de combate ao narcotráfico na região (PAGLIARI, 2009).

Uma das explicações para que essas pautas não dominem por completo as agendas de segurança regionais poderia ser a desconfiança que ainda existe entre os países e o receio de que o poder hegemônico vai querer dominar usando esses organismos. Esse contexto, no entanto, pode pender face ao predomínio de democracias de direita após as últimas eleições no Brasil, Colômbia, Chile, Peru e Argentina, onde verifica-se uma tendência de maior aproximação e alinhamento desses países com a OEA. Ainda que existam, momentaneamente Estados contrários ao TIAR - Bolívia (2012), Venezuela (2013) e Equador (2015) denunciaram o tratado, sua abrangência ainda é significativa para a geopolítica regional (OEA, 2019).

3.4.2 O Pacto Andino

No subcontinente sul-americano um processo análogo de integração teve início em 1969 com a criação do Pacto Andino. Esse bloco estava pautado, principalmente, na parte econômica, esforçando-se em criar melhores condições para uma região que se encontrava bastante atrasada em relação aos grandes centros. Após resultados discretos quanto ao desenvolvimento dos Estados, em 1993, o grupo constituído por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru concretizaram uma ação de estímulo de comércio, sem viés para os assuntos de Defesa e

Segurança, que foi a criação da Zona Andina de Livre Comercio. Diversos problemas internos em cada país, a exemplo das FARC na Colômbia e do Sendero Luminoso no Peru, causavam sérios problemas para o avanço da integração. Em 1997, o Acordo de Cartagena, que havia criado o grupo, foi reformulado, de forma a modernizá-lo ao contexto mundial cada vez mais competitivo, criando assim a Comunidade Andina de Nações (CAN, 2018).

Porém, como os índices que relatavam as condições de pobreza continuavam inalterados, foi decidido, em 2007, partir para uma integração mais eficaz e a aproximação mais efetiva entre as agendas sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais e comerciais. Dessa maneira foi criado o Sistema Andino de Integração para atuar nas referidas áreas, além de favorecer outros estados da região já associados como o Brasil, a Argentina, o Chile, o Paraguai, o Uruguai, além da Espanha como observadora. A Venezuela – admitida em 1973 – abandonou o bloco em 2006 (GOLDBAUM; LUCCAS, 2012).

Do ponto de vista sul-americano e buscando uma ampliação dos mercados, um passo importante em relação à integração foi a aproximação com o MERCOSUL a partir de 1998. Apesar de não priorizar temas relacionados à segurança e defesa, nem envolver diretamente questões militares, a CAN favorece o fortalecimento de uma América do Sul unida e coesa, podendo facilitar, por exemplo, as relações comerciais entre as indústrias de defesa dos países do subcontinente (CAN, 2018).

3.4.3 O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

Em 1991, iniciativa semelhante ao CAN deu origem ao Mercado Comum do Sul, tendo como seus países fundadores a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Posteriormente recebeu como associados Bolívia – em fase de adesão, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Considerada a mais abrangente iniciativa de integração comercial da AS, adquiriu personalidade jurídica internacional com a assinatura do protocolo de Ouro Preto em 1994. Nos

casos dos Estados Associados da região do Norte Andino – Colômbia, Equador e Peru – e Chile, estão autorizados a participar das reuniões de órgãos do MERCOSUL que tratem de temas de interesse comum (MERCOSUL, 2016).

Apesar do objetivo principal do bloco apontar para o comércio intra e inter-regional como o recentemente anunciado acordo com a UE durante a reunião do G20 em Tóquio (2019), Buzan e Wæver (2007, p. 325) apontam que os principais argumentos iniciais originadores do MERCOSUL foram relacionados ao tema segurança. A ameaça de marginalização num contexto econômico de globalização e regionalização – ampliada e reforçada pelo fim da Guerra Fria – associada à redemocratização no Cone Sul e a aproximação e o estabelecimento de laços entre os militares de Argentina e Brasil e a postura amistosa do Brasil na Guerra das Malvinas formaram as bases dessa bem conduzida integração.

Além dos órgãos de natureza intergovernamental voltados para o comércio, o MERCOSUL dispõe de um órgão de atuação no nível político e que busca entre outras a representatividade e a legitimidade social no processo de integração e de suas normas. O Parlamento do Mercosul (Parlasul) possui dez comissões permanentes, em que se destacam a Comissão de Assuntos Interiores, Segurança e Defesa e Comissão de Assuntos internacionais, Inter-regionais e de Planejamento Estratégico, o que, como apontado por Bahia (2017) demonstram a preocupação do grupo com a coordenação e a integração na área de segurança e defesa, em que pese não serem esses os objetivos principais do organismo.

A Declaração Política do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul representou um grande avanço para a transformação do Cone Sul em uma Comunidade de Segurança, além de se demonstrar um instrumento político capaz quando na decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul. Este último foi suspenso em 2017 dos direitos e obrigações inerentes

à sua condição de Estado Parte, devido ao não restabelecimento da ordem democrática (BRASIL, 2017b).

Conforme Hurrel (1998), Buzan e Wæver (2007), Pagliari (2015) e Bahia (2017) concordaram, o MERCOSUL constitui uma via de acesso pavimentada à melhoria do ambiente de segurança regional, especialmente pelo nível de diálogo e cooperação alcançados entre os partícipes. Como fatos que podem ser considerados eventos-chave dos ESI, a assinatura do Plano Geral de Segurança da Tríplice Fronteira (1998) e a declaração do plenário da Parlasul em 2010, na qual os Estados membros são instados a atuar em defesa da soberania e integridade dos demais, em caso de ameaça por outro país.

3.4.4 Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

Devido a sua importância estratégica⁴⁷, a Amazônia apresenta grandes desafios e possibilidades aos Estados que podem desenvolver essa região. Nesse espectro, em 1978, por iniciativa do governo brasileiro, foi criado um bloco socioambiental formado pelos Estados que partilham o território Amazônico: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), cujo intuito era desenvolver a área, melhorar as condições de vida dos seus habitantes e, principalmente, enfatizar a soberania dos Estados em seus territórios amazônicos (BRASIL, 2019i).

Não obstante o foco para a preservação e avanço dos aspectos naturais e sociais da Amazônia, o objetivo de destacar a soberania dos países sobre seus respectivos territórios cobertos pela floresta, coaduna com as intenções de segurança e defesa da região, bem como, fortalece a integração sul-americana. Sendo um grupo de conciliação e cooperação que

⁴⁷ A Região Amazônica é tema incontornável nos debates internacionais contemporâneos sobre recursos naturais, desenvolvimento sustentável, mudança do clima e biodiversidade. Com população de aproximadamente 38 milhões de pessoas, ocupa 40% do território sul-americano, integra o território de oito países, mais a Guiana Francesa, e a Bacia Amazônica contém cerca de 20% da água doce da superfície do planeta (BRASIL, 2019i).

desempenhou um importante papel no fortalecimento regional diante de desafios comuns, transigiu, em 1988, para a formação da Organização pelo Tratado de Cooperação Amazônica, uma instituição regional com objetivos de integrar ações e exercer mais presença e representação nos assuntos amazônicos (BRASIL, 2019i).

O TCA, que também representa a reafirmação das soberanias locais, por ser um instrumento jurídico internacional, foi um fator de aproximação dos Estados amazônicos. Nos últimos anos, a OTCA experimenta processo de relançamento e de fortalecimento, e suas atividades são pautadas pelas diretrizes da Nova Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica, aprovada pelos Chanceleres dos países-membros em 2010, que reflete as prioridades dos países amazônicos, de acordo com a nova realidade política e social da região. Atualmente, estão em execução numerosos projetos com destaque para o monitoramento da cobertura vegetal da floresta e o de gestão de recursos hídricos na bacia amazônica, além da ampliação das agendas nas áreas de ciência e tecnologia, saúde, turismo e inclusão social. (BRASIL, 2018).

O TCA foi eficiente ao compelir Estados com históricos de conflitos, alguns persistentes ainda na atualidade, a dialogarem e assumirem posicionamentos integrados, verdadeiramente criando um canal diplomático. Bahia (2017) é assertivo ao indicar que o Tratado contribuiu para afastar a possibilidade de ingerência externa na região. Outras pautas importantes como o meio ambiente e as questões indígenas possuem, em execução, numerosos projetos e favorecem posicionamentos em bloco que aumentam a capacidade dos Estados amazônicos em lidar com as ameaças que utilizem essas expressões para questionar fronteiras ou o direito soberano ao manejo sustentável da floresta amazônica e sua bacia hidrográfica.

3.4.5 União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)

Em maio de 2008, durante a III Cúpula de Chefes de Estado da América do Sul, realizada na cidade de Brasília – DF, que contou com a presença de líderes dos doze países soberanos do subcontinente, foi assinado o Tratado de Brasília, documento constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. Esse tratado criou uma organização internacional dotada de personalidade jurídica e estabeleceu seus atributos institucionais, além de definir metas para ações futuras em diferentes áreas: econômica e financeira; energia e infraestrutura; produção industrial; cultura; **defesa**; e **segurança pública** (BRASIL, 2017c, grifo nosso).

Concebida no intuito de agregar a CAN e o MERCOSUL, a UNASUL prevê em seu Tratado Constitutivo que os países membros afirmam “sua determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americana e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura” (BRASIL, 2017c, p. 6). Foi um passo em direção à consolidação do multilateralismo do subcontinente, e convencionou-se que sua implementação deveria ser gradual e flexível.

Pagliari (2015) analisando as atividades da UNASUL e do CDS desde sua criação, mencionou que a América do Sul – que comumente tem sido classificada como uma área comum de segurança – não se valeu do espaço que o final da Guerra Fria proporcionou para consolidar as agendas nacionais com os problemas regionais. Assim, pode-se observar em alguma medida que, se o fortalecimento da confiança é essencial, ela se desenvolveu apenas e na medida em que se fazia necessária para criar um clima geral de estabilidade. “Assim a criação da UNASUL – depois da negativa inicial da Colômbia – não suplantou os mecanismos hemisféricos de segurança e tampouco parece ter estabelecido o amálgama necessário nos temas de defesa a partir do CDS” (PAGLIARI, 2015, p. 23).

A consonância de ideias surgidas por ocasião da aprovação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) na Reunião Extraordinária do Conselho dos Chefes de Estado e de Governos da UNASUL, em dezembro de 2008, cujos objetivos principais eram, e continuam

sendo, consolidar a AS como zona de paz e a busca por uma identidade conjunta regional em matéria de defesa, ratificam tal pensamento. O CDS surgiu como “uma instância, de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa” (BRASIL, 2017c, p. 67) e não como uma aliança puramente militar com fins bélicos.

Corroborando com o exposto, foi dado origem, em 2009 dentro do CDS, ao Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) na cidade de Buenos Aires e a fundação, em 2014, da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE)⁴⁸, em Quito. A expressão militar do Poder Nacional tem um grande potencial para contribuir com o robustecimento dessa estrutura multinacional e, nesse sentido, cooperar em assuntos de defesa reforça a credibilidade e a posição relativa dos Estados participantes, quer frente aos demais associados, quer frente aos países dominantes, sem se descuidar do dilema da segurança (FUCILLE; REZENDE, 2013).

Em relação a integração, a UNASUL apresentou programas concretos expressos na IIRSA – que depois evoluiu para a COSIPLAN, Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento. Apesar da saída de vários Estados do tratado da UNASUL⁴⁹, há uma série de iniciativas em andamento, especialmente no sentido de escoar o gás boliviano e a integração do arco norte para o escoamento da produção e a maior integração dos países amazônicos (BRASIL, 2018c). Relewa mencionar a criação do PROSUL⁵⁰ em 2019 sob a liderança do Chile e da Colômbia, bloco ao qual o governo do Presidente Bolsonaro se associou e que configura uma alternativa a esvaziada UNASUL.

⁴⁸ Ambos são estabelecimentos para a realização de estudos superiores, intercâmbios, formação e capacitação de civis e militares em matéria de defesa e segurança, fortalecendo dessa maneira àquela identidade comum pretendida (FUCILLE; REZENDE, 2013).

⁴⁹ A associação da UNASUL ao Chavismo culminou com o afastamento de importantes Estados do subcontinente do grupo, antes que ações concretas fossem consolidadas. A Colômbia denunciou o tratado da UNASUL em 2018 e o Brasil em 2019, o que associado à guinada de vários países para uma política externa mais pragmática e consonante com um viés mais conservador esvaziou aquele organismo de concertação regional, apesar dos avanços institucionais obtidos (FRANCO, 2018).

⁵⁰ O PROSUL não será analisado no trabalho, pois, enquanto iniciativa recente, não produziu resultados ou efeitos possíveis de serem pesquisados (N. do A.).

4 O CRS SUL-AMERICANO E O BRASIL

A dinâmica das RI estabelecida entre os Estados do Norte Andino e o Brasil podem ser compreendidas com auxílio da Escola de Copenhague dentro da perspectiva ampliadora das agendas de segurança. Porém, considerando o histórico de instabilidades na América do Sul, há que se considerar que as unidades políticas mudam constantemente seus padrões de relação nesse espaço, e nem sempre as alianças se mantêm⁵¹. Dessa forma, pela ótica do Poder Naval, e considerando os desafios a serem enfrentados com o propósito de integrar o CRS Sul-americano, sobrevém a necessidade de aprimoramento dos processos de segurança dos Estados.

Nesse contexto volátil e instável, a influência de atores globais – EUA, China, Rússia, Reino Unido e França, para citar os mais atuantes – são importantes condicionantes para o estabelecimento da integração no âmbito da América do Sul. Com referência à atuação da superpotência global – nesse sentido será analisada mais detalhadamente – vimos que sua participação e influência nos processos de segurança da região é a mais relevante, o que se deve à reconhecida capacidade de mobilizar maiores recursos de intervenção para fazer-se presente nesse espaço (RODRIGUES, 2015).

Apesar do interesse pela região poder ser relativizado e sub-avaliado quando em comparação com outros *hotspots* mundiais, releva compreender que num ambiente internacional instável e de ameaças não convencionais, as disputas entre os principais atores do SI ocorrem de forma oportunista e também na AS, onde o contexto geopolítico volátil e incerto pode representar as oportunidades a atuação daqueles atores.

⁵¹ Caso específico da relação entre EUA e Venezuela, que da posição de aliados no século XX passam a posição de inimigos no século XXI (N. do A.).

4.1 A influência dos EUA

Em 1823, após o Congresso de Viena (1814) que revelou a intenção dos países europeus em retomarem o colonialismo, o ex-presidente dos EUA James Monroe (1817-1825) lançou os ideais do Pan-americanismo e discursou contra as tentativas de cerceamento das liberdades conquistadas pelas novas nações americanas. A Doutrina Monroe⁵², ao ser colocada em prática a medida do crescimento do poder econômico norte-americano, foi fortalecida por alguns eventos – a oposição dos EUA ao Congresso do Panamá; o Destino Manifesto⁵³; o expansionismo territorial e econômico no México e na América Central; – que, naturalmente, ocasionaram muita desconfiança por parte dos demais Estados latino-americanos.

Em 1904, o ex-presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) apresentou um corolário de ideias ao inaugurar o que veio a ser conhecido como a política do “Big Stick”, justificando a posição dos EUA como centro das decisões e em condições de intervir nos assuntos latino-americanos, reforçando o intervencionismo militar em assuntos internos de qualquer país como no bloqueio a Cidade do Panamá (1902) pelo Pacífico e pelo Mar do Caribe, dissuadindo as forças militares colombianas que tentavam impedir o movimento de independência do Panamá (1903):

A doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, porém relutantemente, em flagrantes casos de tal injustiça ou impotência, ao exercício de um poder policial internacional. [...] Nossos interesses e os de nossos vizinhos do Sul são na realidade idênticos. Eles têm grandes riquezas naturais, e se dentro de suas fronteiras prevalecer o reinado da lei e da justiça, a prosperidade certamente virá a eles. [...] Nós interferiríamos apenas em último recurso, quando se tornar evidente sua incapacidade ou falta de vontade de fazer justiça em casa e no exterior, violando os direitos dos Estados Unidos ou represente um convite à agressão estrangeira em detrimento das nações americanas (ROOSEVELT, 1904, tradução nossa)⁵⁴.

⁵² Evento chave do século XIX. Conhecida pela expressão: “A América para os americanos.” (N. do A.).

⁵³ Na década de 1840, surgiu essa filosofia que reforçou a Doutrina Monroe ao postular sobre a missão civilizadora dos EUA de levar a democracia a todos os cantos (AQUINO et al. 2000).

⁵⁴ The Monroe Doctrine may force the United States, however reluctantly, in flagrant cases of such wrongdoing or impotence, to the exercise of an international police power. [...] Our interests and those of our southern neighbors are in reality identical. They have great natural riches, and if within their borders the reign of law and

Durante a maior parte do século XX o intervencionismo norte-americano continuou a pairar sobre o continente, assim como a preocupação dos demais Estados latino-americanos sobre as suas reais intenções nos processos de integração regional como concretizado na criação da Organização dos Estados Americanos. Sob a perspectiva dos ESI, um importante evento chave foi a invasão da Baía dos Porcos em Cuba (1961) e o bloqueio naval realizado pelos EUA em resposta à instalação de mísseis balísticos soviéticos naquele Estado insular e comunista situado a 90 MN da costa da Flórida (BUZAN; HANSEN, 2012).

No contexto regional, houve diversos momentos de golpes e instabilidades políticas nos quais houve interferência direta ou indireta dos EUA, em especial para contrapor a influência de partidos comunistas na região. Muitas vezes, as ações foram amparadas pela OEA, que no período da Guerra Fria, refletiu a posição política norte-americana com foco na contenção da influência da ex-URSS. A ativa atuação na Crise dos Mísseis em Cuba resultou, em 1962, na suspensão daquele país. Posteriormente, a OEA tomou medidas para combater os golpes e contragolpes que ocorreram na América Latina, como nos casos do Haiti (1991-1994), Venezuela (1992), Peru (1992), Paraguai (1996) e Honduras (2009) (BAHIA, 2017).

Em 2000, os EUA lançaram um plano de ajuda militar e econômica à Colômbia⁵⁵ a fim de combater o narcotráfico, que desequilibrou o balanço militar da região e fez crescer a desconfiança sobre o intervencionismo em assuntos internos. O Estado que demonstrou maior criticismo foi a Venezuela que, sobre bases ideológicas bolivarianistas interrompeu a compra de material bélico dos EUA, passando a comprar dos russos (PAGLIARI, 2009).

A implantação do Plano Colômbia provocou uma militarização no Norte Andino, pois, a partir da sua implementação, houve uma forte securitização na AS, com os EUA

justice obtains, prosperity is sure to come to them. [...] We would interfere with them only in the last resort, and then only if it became evident that their inability or unwillingness to do justice at home and abroad had violated the rights of the United States or had invited foreign aggression to the detriment of the entire body of American nations.

⁵⁵ O Plano Colômbia consistiu de apoio financeiro e militar por meio de treinamento e material para as forças de segurança da Colômbia na intenção de combater o narcotráfico (PAGLIARI, 2009).

impondo suas pautas para a região como o combate ao narcotráfico e ao terrorismo, as questões que trouxeram a pauta da securitização dos EUA para a região de ameaças não tradicionais, e defende, ainda, que o fato motivou o Brasil, entre outros atores regionais, a criar a UNASUL, como forma de convergir as respostas aos desafios dessa nova intervenção política estadunidense nos assuntos regionais (*ibidem*, 2009).

O Comando Sul dos Estados Unidos da América⁵⁶ foi fortalecido com o restabelecimento da 4ª Esquadra em 2008 para as áreas do Caribe, América do Sul e Central (Figura 8), o que transmitiu à região a importância atribuída pelos EUA. Para tal, todo esse *hard power* conta com o JIATF-South⁵⁷ e concentra seus esforços na detecção e acompanhamento de alvos marítimos e aéreos, processamento de conhecimentos de inteligência e compartilhamento de informações para possibilitar a condução de ações de interrupção, interdição e apreensão antidrogas junto a países colaboradores (MORE, 2012).

O combate às guerrilhas pelos colombianos ainda tem grandes impactos e consequências de longa duração nas agendas de segurança. Colômbia e Peru, beneficiados pelo apoio dos EUA no combate ao narcotráfico prontamente aceitaram a ajuda militar e a missão que lhes foi imposta contra as ameaças que as organizações criminosas representavam. Já Venezuela e Equador se posicionaram contra o intervencionismo norte-americano e as relações estão estremecidas desde então (PAGLIARI, 2015). Uma análise prospectiva dos acordos de paz entre as FARC e o governo colombiano, permite antever maiores possibilidades de colaboração entre os países do Norte Andino, uma vez que essa fonte de conflito será mitigada⁵⁸. Nesse contexto pode-se inferir uma maior aproximação com o Brasil, ator relevante nessas questões de crimes transfronteiriços, em especial com o tráfico de armas e entorpecentes.

⁵⁶ *US Southern Command*.

⁵⁷ O JIATF-South é uma organização interagências subordinada ao Comando Sul dos EUA que visa o combate ao narcotráfico e conta Oficiais de Ligação de diversos países da América do Sul, incluindo da MB (N.doA.).

⁵⁸ Dados da ONU demonstram que o plantio de folhas de coca na Colômbia vem aumentando consistentemente, mesmo após os acordos de paz com as FARC.

Em avançando na verificação das medidas de fortalecimento da confiança de segurança em relação aos gastos militares, será possível, ao que tudo indica, apontar para a hipótese de que, em que pese o processo cooperativo em termos de defesa e segurança não ter sido uniforme na América do Sul, o CDS teve uma significativa importância como marco normativo para os temas de defesa e segurança na região (PAGLIARI, 2015). Com as evoluções negativas a cerca da participação do Brasil, Colômbia e Peru na UNASUL, resta aguardar os desdobramentos políticos para determinar em que mecanismo aqueles temas serão discutidos.

4.2 A influência de outros atores globais

Para além dos laços históricos que foram comentados nos processos de formação dos Estados da América Latina, releva identificar a participação de outros atores que vêm influenciar o contexto do CRS Sul-americano. A influência norte-americana, apesar de marcante, não é mais uníssona num ambiente de instabilidade e multilateralidade. No contexto mundial percebe-se que, a política externa estadunidense está levando outros atores globais a buscarem suas próprias esferas de influência e incluindo a América do Sul, por seu potencial de riquezas e também por representar uma vulnerabilidade política para os EUA, nessa pauta.

As potências globais, ao se manterem no discurso de apoio às estruturas atuais da ordem internacional liberal, estão se movendo para reforçá-la na ausência de liderança americana. Na Europa, os países que integram a UE buscam compensar o déficit diplomático global deixado pelos EUA ao assumirem um papel mais ativo na preservação da ordem atual por meio de esforços focados na segurança global, no comércio, na regulação e no ambientalismo (SIPRI, 2018).

Sobre a China e a Rússia, na avaliação do SIPRI (2018), ainda não é crível que, apesar de seus poderes crescentes, aquelas potências possam conseguir alterar a ordem internacional liberal, pois nenhum deles procurou desafiar àquela ordem de forma significativa,

pelo menos não em curto espaço temporal. Especialmente a China, pois se beneficiou imensamente do liberalismo econômico e do modelo desenvolvimentista exportador. Ao estabelecer parcerias comerciais com vários Estados Sul-americanos, detentores de parte dos recursos naturais que garantem a expansão do outrora denominado Império do Meio. Os chineses aumentam sua rede internacional primordialmente pelo comércio, sem, no entanto, deixar de impor seus termos.

Nye (2012) utiliza esse modo de conduzir a política externa pelos chineses para ilustrar o *smart power*. Sua mais reluzente iniciativa de política externa – a nova rota da seda por terra e mar – pretende a integração de várias regiões provedoras dos recursos naturais e destinos de exportações, e as perspectivas para o entorno estratégico do Brasil são de maior ingresso de capital chinês para iniciativas em infraestrutura e nos setores produtivos, aumentando a influência chinesa na América do Sul.

A crise financeira mundial (2008) foi associada ao possível declínio do poder dos EUA, mas a verdade é que os ciclos se alternam, seguindo a dinâmica de ascensão e queda das grandes potências. O desenvolvimento chinês, que em breve ultrapassará o PIB dos EUA, também tem repercussões militares mais notórias no Mar do Sul da China. Seus grandes investimentos na área, associados a participação nas principais agendas – presença efetiva na exploração Antártica; em atuação nas missões de paz sob a égide da ONU onde é um dos maiores contribuintes de tropas; e presença militar no continente africano em áreas do nosso entorno estratégico, como por exemplo a Namíbia onde o Brasil mantém uma missão naval – não significam uma transição de poder automática para os chineses, mas há que se acompanhar seus desdobramentos nos países do Norte Andino e no Brasil (SIPRI, 2018).

Nesse mesmo contexto, a Rússia é mencionada frequentemente nas discussões sobre um reordenamento da ordem mundial, mas, na realidade, a Rússia não tem os meios para tal, podendo atuar pontualmente de forma a frustrar colaborações e arranjos internacionais ou

mesmo patrocinar a permanência de líderes escolhidos em Estados em crise como a Venezuela, amarrando os conflitos, e semeando discórdia política em países rivais. Além disso, uma nova ordem internacional construída pela Rússia, em seus termos, simplesmente não é um resultado plausível, tendo em vista que o pós Guerra Fria trouxe outras ameaças que dividem a atenção dos atores do SI (SIPRI, 2018).

O fundo para a não proliferação de armas nucleares⁵⁹, renovado em 2010, expõe a difícil relação entre a Rússia e o Ocidente, especialmente com os EUA. O problema se desenvolveu lentamente, muito antes da Rússia anexar a Criméia em 2014, no conflito da Geórgia em 2008. Recentemente houve alegações de interferência russa na política doméstica ocidental, especialmente na eleição presidencial norte-americana em 2016 (SIPRI, 2018).

Da mesma forma e apesar de constituírem tensões reminiscentes da Guerra Fria, não é possível estabelecer, no contexto russo, a perspectiva de uma nova bipolaridade ou multipolaridade em iguais termos. Apesar dos laços estabelecidos com a Venezuela nos tempos de Chavez e que se perpetuam, especialmente no campo militar com ajuda de material e pessoal, este é um entre vários focos importantes de tensões internacionais que contribuem para o ambiente volátil e incerto do SI, não sendo ameaça a ordem global (SIPRI, 2018).

O Reino Unido, atualmente em processo de separação da zona do Euro⁶⁰, constituiu-se numa superpotência global no século XIX e início do século XX, muito em função da sua Marinha. Ainda hoje mantém um PN bem estruturado e com alguns conceitos mahanianos que impactam no entorno estratégico da AS e do Brasil (Figura 9), como na geopolíticas das ilhas que formam um cinturão insular no Atlântico Sul.

⁵⁹ *New Start* (SIPRI, 2018).

⁶⁰ *Brexit* (*ibidem*, 2018).

Releva citar o Comando⁶¹ permanentemente ativado pelo Reino Unido para a defesa das *Falklands*⁶², cuja disputa pela sua posse em 1982, levou à Guerra das Malvinas – e que ameaça acirrar-se justamente pela perspectiva de produção petrolífera na ZEE das referidas ilhas. Esse é um foco de tensão político-militar no nosso entorno estratégico, como demonstram os ingleses pela operacionalidade dessa estrutura, que atua também em outras ilhas britânicas do Atlântico Sul. Em 2012, no arquipélago das Malvinas operaram quatro aeronaves *Eurofighter Typhoon*, uma aeronave de transporte C-130 e uma aeronave VC-10 para reabastecimento em voo, componentes de uma ala aérea que provocou uma declaração política de repúdio da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribe.

A França também possui inserção na região, por meio do território ultramarino francês da Guiana. Naquela, maior fronteira terrestre francesa, e que é de fato com o Brasil. Naquela que é chamada de Amazônia francesa são mantidos uma base naval, além de uma base de lançamentos de foguetes da Agência Espacial Europeia. O Brasil e a França, além de parceiros no PNM e no PROSUB, possuem extensa parceria na região amazônica por meio visitas aos portos, principalmente durante as operações CARIBEX da MB (2019b).

No entanto, quanto a esse espaço norte andino, mesmo inexistindo um conflito efetivo envolvendo os Estados na atualidade, os processos de *overlay* e de penetração de outras potências como a China, Rússia, França e Reino Unido, por exemplo, indicam que o caminho para a efetivação da cooperação e estabilização das relações entre os países será árduo, sendo extremamente suscetível aos interesses de potências não baseadas no território, que parecem transferir suas disputas econômicas e de poder para esses subcomplexos regionais (RODRIGUES, 2015).

⁶¹ O Reino Unido mantém ativado o *British Forces South Atlantic Islands*, um Comando Operacional Conjunto que se propõe a realizar a dissuasão por negação de uma nova investida militar argentina.

⁶² Nome atribuído pelos britânicos. O Brasil reconhece como Malvinas em apoio à Argentina (N. do A.).

4.3 Organismos multinacionais

A construção de relações estáveis passa por uma correta percepção das políticas militares nacionais. Nesse sentido, a intenção reside em evitar percepções equivocadas ou mal conduzidas por parte dos Estados acerca de tais políticas, bem como dos preparativos militares dos países vizinhos, considerando a dificuldade em distinguir quando tais ações e posturas são ofensivas ou defensivas. Os organismos multinacionais procuram dar mais transparência a esses movimentos além de proporcionar um foro cooperativo e de desenvolvimento de relações de confiança entre os atores.

Da postura intervencionista dos EUA por influência de outros atores globais podem ser estimulados o surgimento de organizações sub-regionais, que têm como objetivos comuns a melhoria da integração na região e o aumento do capital político em relação aos EUA, conforme demonstrado no capítulo 3. Aquela identificação com a agenda norte-americana sempre foi uma realidade, mas a criação de diversos mecanismos regionais – com destaque para a UNASUL e o CDS em 2008, e a CELAC em 2012 – demonstra a tendência de alguns Estados latino-americanos apoiarem a multipolaridade, decorrentes das correntes políticas com viés mais à esquerda e distante dos EUA (PAGLIARI, 2015).

Dentre os acordos econômicos destacam-se no âmbito regional o MERCOSUL e o CAN, sendo o primeiro mais bem sucedido, e o que apresenta sinais de evolução em sua capacidade de influenciar a esfera econômica após assinatura de acordo com a UE⁶³. No plano do relacionamento dos Estados com acesso ao Pacífico vale ressaltar a ressurreição⁶⁴ do TPP, que foi reaproveitado pelas onze nações remanescentes e assinado em março de 2018, como o acordo abrangente e progressivo para a parceria Trans-Pacífico. Tal bloco atrai outros países

⁶³ Apesar de assinado em 2019, o acordo, que deve aumentar o comércio entre os blocos, somente passará a vigorar após aprovação dos parlamentos de todos os países envolvidos, com considerável demanda de tempo para tal (N. do A.).

⁶⁴ O TPP original de 2005 foi esvaziado quando os EUA renunciaram ao acordo comercial em 2017.

do norte Andino, além do Peru a Colômbia, ainda que na ausência da liderança econômica e diplomática dos EUA.

A CELAC, pela participação política e, especialmente por manter ligações com a China, Rússia e Índia, também merece ser acompanhado. Criada em substituição ao Grupo do Rio⁶⁵, trata de questões relacionadas à redução da pobreza e à desigualdade, à proteção ambiental e ao fortalecimento do bloco, mas produziu declarações que claramente se contrapõem a hegemonia dos EUA como o apoio a posição da Argentina na questão da soberania do arquipélago das Ilhas Malvinas, entre outros.

Como alternativa ao eixo de influência norte-americano destaca-se o BRICS, que, apesar de ter demonstrado que as principais ações do grupo em oposição aos EUA estão concentradas em China, Rússia e Índia, tendo o Brasil e África do Sul ficado num plano mais secundário. Esse bloco foi utilizado e ainda tem potencial de ser para uma série de acordos realizados entre aqueles países e o Brasil, abrindo portas para outros países da região se beneficiarem dessa proximidade.

Considerando as características epistemológicas das relações que orientam o concerto regional de países, observa-se que na atuação nos organismos multinacionais, como por exemplo, nas missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), nas missões de desminagem humanitária da Organização dos Estados Americanos (OEA), ou nos diversos acordos – militares, econômicos, científico-tecnológicos, ambientais – restará oportunidades e ameaças ao papel de liderança do Brasil por meio das expressões do poder (END, 2018).

⁶⁵ Organização sem estrutura que realiza concertações políticas desde 1986 e não inclui os EUA e o Canadá.

4.4 O Poder Naval do Brasil no contexto internacional

Pela perspectiva brasileira a instabilidade e os processos de securitização⁶⁶ decorrentes representam obstáculos à tarefa de fomentar a cooperação regional conforme previsto no artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988:

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - **não-intervenção**; V - **igualdade entre os Estados**; VI - **defesa da paz**; VII - **solução pacífica dos conflitos**; VIII - **repúdio ao terrorismo** e ao racismo; IX - **cooperação** entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil **buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações** (Brasil, 1988, grifo nosso).

No âmbito regional, reforça que essas políticas precisam estar voltadas para incrementar a integração, de modo a robustecer a presença sul-americana no contexto mundial e, ainda ser um agente aglutinador junto aos governos vizinhos para o fortalecimento da capacidade de defesa de todos, pois concorrerá no afastamento de possíveis atitudes que coloquem em risco a paz e a segurança da América do Sul. A proliferação da violência em áreas limítrofes contraria os preceitos da política externa, da defesa e da segurança brasileiros expressos na Política Nacional de Defesa⁶⁷ (PND) – documento de mais alto nível sobre o tema e de responsabilidade do Ministério da Defesa.

A PND está baseada em três pilares – desenvolvimento, diplomacia e defesa, essa última voltada para a dissuasão ou para o enfrentamento –, e tem como princípios: a solução pacífica de disputas; promoção da paz e da segurança internacionais; o multilateralismo; e a integração sul-americana (BRASIL, 2018e). Subordinada à PND temos as orientações sobre as ações de Defesa Nacional a todas as expressões do Poder Nacional por meio da Estratégia

⁶⁶ Cf. definição p. 15.

⁶⁷ Aprovada em 2005 com o nome de Política de Defesa Nacional (PDN), atualizada pela Lei Complementar nº 136/2010 que lançou o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e redesignou o documento como Política Nacional de Defesa.

Nacional de Defesa (END), direcionando as atividades a serem desenvolvidas por todos os setores da sociedade brasileira em prol daqueles objetivos e reforça a prioridade do nosso entorno estratégico⁶⁸ como a região onde o Brasil quer irradiar, preferencialmente sua influência e sua liderança – diplomática, econômica e militar (BRASIL, 2018a).

A análise desse arcobouço demonstra quão fundamental é ao Brasil buscar uma posição de liderança regional que permita influenciar os dois Sub-CRS, dedicando atenção aos temas regionais que promovam a cooperação e a colaboração, em especial naqueles afetos à agenda de segurança por permitir maior inserção internacional e o ambiente adequado ao desenvolvimento socioeconômico da América do Sul (BRASIL, 2018e). De forma a manter a coerência com a geopolítica regional mencionada, em especial face as restrições orçamentários comuns a todos os Estados e que afetam os investimentos em defesa e segurança, deve-se priorizar a região do nosso entorno estratégico.

A ideia de priorizar o entorno estratégico foi colocada, entre outros, por geopolíticos nacionais importantes como Golbery do Couto e Silva (1911-1987), Carlos de Meira Mattos (1913-2007) e Therezinha de Castro (1930-2000). Ao ressaltarem o valor e a atenção que devia ser dada à região identificamos uma correlação direta com a PND e os seus objetivos, com destaque para contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais. Sobre esse aspecto releva mencionar que podem e devem obter tratamento especial ao tratar da segurança do Estado brasileiro, constituindo ponto focal para a formulação da END⁶⁹ (CASTRO, 1997).

Cabe ressaltar que a participação nas Conferências dos Ministros da Defesa das Américas tem influência direta nas pautas sobre o tema. Da mesma forma e em consonância

⁶⁸ Cf. nota n. 1 p. 11.

⁶⁹ Apesar de não tratar diretamente sobre integração, a END discorre sobre necessidades voltadas para a área de Defesa, como melhora das infraestruturas, valorização do capital humano e fomento à Base Industrial de Defesa. Esses conteúdos, diretamente relacionados com os objetivos da PND, demonstram a importância atribuída à integração regional por meio da contribuição à estabilidade e ao desenvolvimento do entorno estratégico (BRASIL, 2018a).

com os novos rumos da política externa brasileira, têm ocorrido reuniões de chanceleres e ministros de defesa no formato 2 + 2, já realizadas com a Colômbia e mais recentemente com o Chile, constituindo novo espaço de cooperação e que, por representar a integração dos setores político e militar, reveste-se de grande importância (OEA, 2019; BITELLI, 2019).

Como nos mostra Pagliari (2015), tais mecanismos de cooperação são uma oportunidade de análise e planejamento de ações baseadas nas Medidas de Fortalecimento de Confiança e Cooperação em Defesa e Segurança⁷⁰ (MFCS), que vem a ser as ações promovidas pelos Estados, sob a supervisão da OEA, em prol dos entendimentos nas diversas agendas, a fim de suavizar potenciais ameaças e situações de atrito – prevenir crises e situações de conflito; fortalecimento da paz e segurança internacionais; e à promoção do desenvolvimento, criando e propiciando condições necessárias para uma cooperação eficaz.

Sobre a distribuição por áreas de interesse das MFCS de caráter militar – intercâmbio de pessoal civil e militar para treinamento regular e avançado (53,6%); reuniões de alto nível com os ministérios de defesa e relações exteriores (11,7%). Para Pagliari (2015), quanto mais complexas as MFCS menor o percentual de implementação pelos países. Como exemplo são citados a realização de exercícios conjuntos das forças armadas e/ou das forças de segurança pública, representando um reduzido percentual de 3,8%. Do mesmo modo, a notificação prévia sobre exercícios militares e a participação no Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas, incluindo o fornecimento e intercâmbio de informação sobre a produção nacional de armas convencionais, apresentam resultados modestos em termos de medidas adotadas e aqui identificam-se oportunidades ao Poder Militar (PAGLIARI, 2015).

Ainda assim, para que os padrões de relacionamento melhorem consistentemente, as tensões estatais precisam ser resolvidas, e, nesse sentido, a necessária modernização do aparato militar dos Estados pode contribuir para desequilibrar as relações regionais. Para

⁷⁰ Pagliari, 2015; OEA, 2019.

mitigar esse problema, o exemplo do Brasil ao despontar no cenário regional com programas estratégicos importantes, deve incluir o desenvolvimento do seu entorno estratégico, seja pela cooperação e colaboração, à medida que evolui em seus objetivos (MARES, 2012).

Outra importante medida de fortalecimento da confiança diz respeito à adoção dos Livros Brancos de Defesa, medida adotada por países como Argentina (1999); Bolívia (2004); Chile (1997); Colômbia (2003); Equador (2002); Paraguai (1999); Peru (2005) e Uruguai (1998). O Brasil lançou o seu livro branco em 2012, após gerar expectativas que poderiam influenciar ou dificultar as proposições acerca da cooperação em defesa (*ibidem*, 2015). A insegurança causado pela demora no posicionamento brasileiro não favorece o ambiente colaborativo, além de não ser bem aceito no cenário regional, crítico a posturas hegemônicas.

Sobre o Brasil, Pagliari (2015) aponta que o país não assumiu a posição de articulador das MFCS em âmbito regional, seja porque há dificuldade com relação a assumir os custos econômicos e políticos do processo, ou porque a política brasileira não logrou, até agora, manter uma conduta linear e continuada. No entanto, observa-se no contínuo processo de atualizações dos principais documentos e pelo alinhamento das políticas com os planejamentos estratégicos, ações concretas no sentido da consolidação das estruturas normativas regionais.

O Livro Branco de Defesa Nacional destaca no seu início, que no tocante às RI, o Brasil deve agir conforme os princípios da Constituição Federal, e que sua política externa prioriza, como o previsto na PND, o seu entorno estratégico (BRASIL, 2018b). Ressalta, da mesma maneira, que para a manutenção da estabilidade regional e para a cooperação a nível internacional é fundamental que os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores trabalhem conjuntamente, ou seja, as políticas de defesa e externas são suplementares e estão interligadas e da mesma forma as estratégias de defesa devem estar inseridas num contexto maior e subordinadas ao poder político (Mahan *apud* Ribeiro, 2010, p. 11).

Ao descrever o ambiente estratégico do século XXI, o Livro Branco evidencia que o mundo de hoje está marcado por incertezas, e que, apesar da existência do diálogo, do multilateralismo, da cooperação e do respeito aos direitos humanos, tais fatores não são garantidores de relacionamentos estatais totalmente pacíficos. Além do mais, cita que a globalização trouxe muitos benefícios, porém disseminou ameaças de diversas naturezas, como o terrorismo, narcotráfico e a pirataria. Para tanto, afirma que o Estado brasileiro busca promover uma multipolaridade cooperativa⁷¹ (BRASIL, 2018b).

Os procedimentos adotados com cada um dos cinco vizinhos são detalhados no LBDN. A título de exemplo, citamos o acordo conjunto que o Peru, Brasil e Colômbia firmaram para controlar as atividades ilícitas que ocorrem nos rios limítrofes. Várias operações e exercícios militares interagências multinacionais são conduzidos naquela fronteira tríplice – o Exercício de Logística Multinacional Interagências, AMAZONLOG; a BRACOLPER, onde desde 1976, as Marinhas dos três países operam conjuntamente (*ibidem*, 2018b).

Em consonância com LBDN destacam-se os programas estratégicos da Marinha do Brasil – aqui exemplificados, dentre outros vários e que suscitam interesse dos nossos vizinhos, pelo Programa Nuclear da Marinha (PNM) e Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) – que, além de demonstrar a capacidade inovadora do Brasil, permitem autonomia tecnológica e o conseqüente fortalecimento da Base Industrial de Defesa brasileira (BARBOSA JUNIOR, 2019). Por outro lado e, de forma que não fomentem o desequilíbrio dos PN na América do Sul, essa possível desconfiança dos Estados vizinhos pode ser transformada em oportunidades ao estabelecimento de medidas de fortalecimento da confiança em defesa e segurança.

⁷¹ Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/cooperacao-internacional>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

Um bom exemplo na MB, por meio do estímulo às parcerias técnicas em áreas estratégicas, como no caso Argentino na área nuclear com perspectivas muito positivas no estreitamento ainda maior dos laços de amizade e cooperação. Além disso, as ações do governo brasileiro, no âmbito do PNM, têm apontado para sólidos caminhos de transparência, sem qualquer associação com a proliferação de armamento nuclear, ao permitir que a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) acompanhe os passos do programa que prioriza, tão somente, o desenvolvimento da aplicação naval da tecnologia nuclear e a produção de insumos hospitalares por meio do seu reator multipropósito (OLSEN, 2019).

No PROSUB e nos demais programas de construção de meios navais o Brasil poderá contribuir para o equilíbrio das capacidades dos vizinhos do seu entorno estratégico, tendo em vista a possibilidade de venda dos Submarinos Classe “Tupi” fabricados no País. Apesar de algumas dúvidas nas políticas de defesa como ressaltado na demora no lançamento do LBDN, a ausência de linearidade na política externa pode ser mitigada por meio dos planejamentos estratégicos de alto nível que clarificam intenções e tendem a permitir a distensão e a aproximação dos Estados da América do Sul (MARES, 2012).

Um caminho exitoso no qual a MB pode contribuir em muito no relacionamento com os países do Norte Andino é por meio do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), tendo em vista o crescente interesse pelo Continente Antártico demonstrado nos últimos anos por Peru e mais recentemente a Colômbia. A experiência da MB à frente da Secretaria do Comissão Interministerial para Assuntos do Mar (SECIRM), instituição catalisadora das ações relativas ao PROANTAR⁷², permite a interação com atores internos e externos do programa, que conta inclusive com uma frente parlamentar⁷³ de apoio a esse que é um dos programas mais importantes de pesquisa científica do Brasil .

⁷² Em consequência do Decreto nº 86.830, de 12 de janeiro de 1982, a CIRM passou também, a gerenciar o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

⁷³ Em 09 de maio de 2019 foi criada no Congresso Nacional a frente Parlamentar Mista de apoio ao programa Antártico Brasileiro (BRASIL, 2019).

A Marinha do Brasil, com o apoio logístico da FAB, busca o contínuo aprimoramento da infraestrutura e da capacidade logística de apoio à pesquisa. A ampliação e modernização advindos do restabelecimento operacional pleno da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) previsto para 2020, somados aos planos de construção de um novo navio polar de pesquisas e pela modernização em curso dos meios aeronavais que apoiam o programa, certamente, vão aguçar o interesse dos vizinhos do entorno e de outros atores globais que atuam na Antártica, gerando oportunidades de cooperação e fortalecimento de parcerias técnicas (BRASIL, 2019e).

Nesse contexto de elevado interesse pela região, a Colômbia procurou ampliar a sua participação no âmbito do sistema do Tratado Antártico, tendo realizado cinco expedições. O país busca aprofundar a cooperação com o Brasil nessa matéria, que se reveste de sentido estratégico para a relação bilateral, viabilizando a participação de pesquisadores locais em navios do programa antártico brasileiro, bem como de pesquisadores brasileiros no âmbito das expedições científicas colombianas (COLÔMBIA, 2015; BITELLI, 2019).

Da mesma forma, o Peru possui um sólido programa no continente gelado onde mantém a Estação Antártica Machu Picchu, localizada na ilha do Rei George. Em suas expedições⁷⁴, além de proporcionar oportunidades de intercâmbio – com a participação internacional de cientistas e civis militares argentinos, chilenos e colombianos – busca fomentar uma consciência sobre a importância da Antártica e o aumento da presença peruana no continente branco (PERU, 2019).

No âmbito do Tratado Antártico, que sofrerá revisão em 2048, e, caso seja possível e aprovada a exploração sustentável da região, o Brasil deverá estar apto a participar e influenciar nas discussões relativas ao futuro do continente gelado. Ao mesmo tempo, um

⁷⁴ Realizou recentemente a ANTAR XXVI com a participação do navio da Marinha do Peru BAP “Carrasco”, embarcação oceanográfica, em sua segunda incursão na Antártica (PERU, 2019).

continente intocado voltado à ciência e à paz, é importante para o Brasil, pois, a partir das atividades realizadas pelo PROANTAR, a pesquisa científica na Antártica gera benefícios que contribuem para a projeção do Poder Nacional e o consequente fortalecimento da posição brasileira no complexo tabuleiro geopolítico das relações internacionais (BRASIL, 2019e).

O Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM) – executado no Brasil pela MB por meio do Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR) – representa grandes oportunidades de cooperação técnica no âmbito global com centros similares fora do nosso entorno estratégico, bem como no âmbito regional com os centros instalados na América do Sul, além de permitir, no País, a atuação interagências (PIRES, 2019).

Nessa matéria, no contexto global a MB, ocupa a função de dirigente do Grupo de Trabalho sobre Tráfego Marítimo dos Oceanos Pacífico e Índico (*PACIOSWG*⁷⁵), constituído para compartilhar informações que visem à melhoria da segurança do tráfego marítimo, bem como estreitar o relacionamento entre os órgãos internacionais responsáveis por essa atividade. Trata-se de um importante foro para a MB, pela oportunidade de acompanhar as evoluções da doutrina *Naval Cooperation and Guidance for Shipping (NCAGS)*⁷⁶ aplicada pela OTAN, por meio do exercício internacional *Bell Buoy* (PIRES, 2019).

Analisando a sub-região do Norte Andino vemos grande potencial de ameaças ao tráfego marítimo – Venezuela, Equador e Colômbia são os maiores exportadores de óleo cru e tal qual o Brasil tem sua produção e escoamento primordialmente realizados no ambiente marítimo. No caso específico do Peru e do Equador, além da participação ativa do Brasil no campo político e diplomático para mediar o conflito entre ambos, vem ocorrendo uma aproximação sólida no campo do CNTM. O CISMAR tem servido de modelo para o Equador, que encontra problemas para proteger sua ZEE contra a pesca ilegal e intenciona criar um centro

⁷⁵ *Pacific and Indian Ocean Shipping Group* (N. do A.).

⁷⁶ Sem tradução - Doutrina de CNTM da OTAN (BRASIL, 2019).

de controle. O Peru já possui o seu centro de controle marítimo e busca estreitar a cooperação com o Brasil e busca contar com a colaboração técnica da MB, o que evidencia a influência brasileira nas relações com aquelas Marinhas (PIRES, 2019).

O caráter interagências do CISMAR, vai ao encontro da evolução organizacional da própria OEA e a mencionada Secretaria de Segurança Multidimensional⁷⁷, o que reforça os argumentos necessários a priorizar essa ação pelo MD junto ao nível político. Ademais, por analogia à doutrina de CNTM, devem-se conceber dois requisitos complementares de sistemas defensivos proativos – controle e proteção – cujo atendimento demandaria esforços crescentes no sentido de aproximação aos interesses marítimos, quer estejam situados no litoral, como portos e bases navais, quer sejam implementados em áreas oceânicas críticas para a segurança marítima, como os campos petrolíferos mais produtivos da região do pré-sal.

Mais um evento que pode ser enquadrado como MFCS⁷⁸ foi o XVII Jogo de Guerra Multilateral (Multilateral War Game – MWG) sediado pela MB na Escola de Guerra Naval em 2019. Evento realizado anualmente entre marinhas do continente americano, com a participação de oficiais das marinhas do Brasil, Canadá, Chile, EUA, México e Peru, visando contribuir para a estabilização de regiões submetidas a eventos com impactos na segurança marítima. As discussões desenvolveram-se nos níveis estratégico e operacional simultaneamente e também contou com a participação representantes do MRE do Brasil e diplomatas dos demais países.

A demanda pela participação do Brasil em missões multinacionais, de ajuda humanitária e por operações de paz tende a aumentar, de modo que o País poderá ser estimulado a ampliar sua participação e necessitará resguardar o subcontinente de possíveis vulnerabilidades com a manutenção de uma Zona de Paz na AS. Reconhecendo as dificuldades orçamentárias de Defesa dos Estados sul-americanos, cenário com poucos destaques como

⁷⁷ Cf. p. 41 (OEA, 2019; MARINQUE, 2015).

⁷⁸ Cf. nota 56, p. 68.

Brasil e a Colômbia na atualidade, observa-se um grande esforço por parte da MB em realizar diversas operações anuais, dentre as quais se destacam: PLATINA e NINFA (Paraguai), FRATERNAL e PRATA (Argentina), BRACOLPER (Colômbia e Peru), BRASBOL (Bolívia), DIPLOMEX (Uruguai), ACRUX (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia) e CARIBEX (Venezuela⁷⁹, Guiana, Suriname e Guina Francesa) (BRASIL, 2018c).

Outro episódio marcante, no qual a expressão militar reforçou a aproximação com os países sul-americanos, foi a Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), que teve seu componente militar comandado pelo Brasil e envolveu tropas de 16 países, dos quais oito sul-americanos⁸⁰, com destacada participação dos Fuzileiros Navais em terra e das operações navais de apoio logístico ao continente que permitiram ao Brasil ocupar posição de destaque na ONU por mais de uma década (BRASIL, 2019b).

A Marinha do Brasil opera em nível internacional com destaque como na missão de paz da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Desde 2011, no Comando dessa força multinacional, a MB mantém um navio e uma aeronave orgânica na costa libanesa com o objetivo de impedir a entrada de armas ilegais e itens contrabandeados que possam contribuir ao aparato de grupos terroristas libaneses. Importante contribuição também é direcionada à Marinha libanesa como treinamento para que a mesma possa conduzir suas atribuições de forma autônoma (BRASIL, 2019b). Essa operação, apesar de distante do entorno estratégico da América Latina, além de comprovar a capacidade de contribuição da MB ao sistema ONU, suscitou interesse de países latino-americanos como o México, Argentina, Chile, Uruguai, Peru e Colômbia, especialmente sobre os conhecimentos adquiridos pelo Brasil na liderança de uma complexa e desafiadora Força Tarefa Marítima.

⁷⁹ A Venezuela não tem participado desde o agravamento da crise política e humanitária (N. do A.).

⁸⁰ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

Ao concluirmos a análise do PN e seu arcabouço teórico institucionalizado identificamos que na Política Naval (2018) – para o âmbito regional –, e diante de um período sem conflitos graves e a convergência de interesses contribui para o incremento da cooperação entre os países sul-americanos. Destarte contribui para promover a consolidação da confiança mútua e a execução de projetos de defesa, visando ao desenvolvimento de capacidades tecnológicas e industriais, além de estratégias para a solução de problemas comuns.

Além do aumento de sua influência política global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de outras agências (BRASIL, 2019d). Ainda que sob uma conjuntura de relativa paz na América do Sul, sem prejuízo da dissuasão, deve-se privilegiar a cooperação naval no âmbito internacional e a interação com os países sul-americanos, em busca de soluções integradas para questões de interesse comum e respeitando os princípios constitucionais e os compromissos assumidos em convenções e tratados internacionais.

5 CONCLUSÃO

Desde a queda do muro de Berlim (1989), a unipolaridade e a falta de uma ameaça convencional definida, fez surgir ameaças não-tradicionais, ainda que com um nível de importância relativo mais baixo em comparação com as ameaças nucleares que monopolizaram o debate dentro dos Estudos de Segurança Internacional durante a Guerra Fria. Num cenário volátil e ambíguo, o desenvolvimento tecnológico e a globalização permitiram o aparecimento de novas ameaças e atores que obrigaram os Estados a se modernizarem.

Epistemologicamente, no âmbito dos ESI, a questão de como se deve estudar a segurança, seus conceitos e as diversas abordagens possíveis, podem constituir o portal de acesso aos altos estudos militares e à diversas e ampliadas agendas nacionais que refletem, no Sistema Internacional, o ambiente incerto e complexo, onde a ampliação das agendas de segurança internas e externas se desenvolveram nos conceitos da Escola de Copenhague, com a difusão do termo securitização e a perspectiva de análise das interações entre os temas de segurança e defesa e os entes políticos da sociedade.

Para além do Estado e das ameaças internas, num contexto regional, a abordagem das dinâmicas de segurança permite uma avaliação mais aproximada das situações locais ao permitir uma análise de como essas questões se interconectam no plano regional – de acordo com a história, a geografia, as relações políticas e os padrões de amizade e inimizade. Essa perspectiva, além de reforçar a possibilidade de um Complexo Regional de Segurança na América do Sul, permite observar que um subcomplexo regional de segurança pode se desenvolver e promover a securitização e a dessecuritização de uma região com histórico de conflitos como no caso do Cone Sul. Cabe ressaltar que, no Sub-CRS Norte Andino, há desafios e oportunidades no mesmo sentido de integração. Nesse cenário, o Brasil constitui Estado capaz de reunir as características geopolíticas para unir essas regiões.

A capacitação e o emprego do Poder Militar, de forma equilibrada e consoante com as pretensões da política externa brasileira é fundamental para assegurar os interesses do Estado. Torna-se para tal imprescindível que, o Brasil se mantenha apto a exercer plenamente sua soberania e capacidade dissuasória, o que demanda ações coordenadas em todos os níveis e em todos os setores governamentais e a priorização do tema segurança e defesa na agenda política. Os países ligam-se por mar com os seus principais parceiros estratégicos e as atividades econômicas de natureza marítima são um fator relevante do progresso e bem-estar dos povos. As comunicações marítimas têm uma considerável influência na política, na economia e na segurança dos Estados, cujos diversos compromissos externos e regulamentos internacionais possuem fundamentos no domínio marinho.

O Poder Naval é de suma importância para a defesa dos interesses do Brasil, pelo histórico de contribuição a resolução de conflitos e pelas amplas possibilidades como instrumento de diplomacia. Para tal, deve a MB estar preparada a exercer sua capacidade dissuasória de forma crível, o que demanda ações coordenadas em todos os níveis e em todos os setores governamentais e a maior participação na agenda política do país, de forma a apoiar o conjunto de ações necessárias para que os conflitos de interesses com outros países não saiam da esfera da diplomacia e assim contribuir para o CRS sul-americano.

Nesse sentido, a integração regional enfrenta grandes desafios como as limitações orçamentárias comuns aos Estados da região, além das agendas nacionais que são dominadas, em grande espectro, por assuntos locais. Destarte, demandam ao Poder Nacional a priorização das capacidades pré-existentes e o equilíbrio na constituição de um poder militar coerente com as possibilidades do país e com as percepções da sociedade, e no âmbito do relacionamento internacional o Poder Naval pode apoiar o Itamaraty por meio de ações operativas e cooperativas, concretizando a ponta de diamante do uso do *smart power*.

A importância que conferem às Marinhas como instrumento político e o emprego do Poder Naval são imprescindíveis aos Estados e seus interesses. A ligação política do PN estabelecida por Mahan, Coutau-Bégaire, Till e Wedin, além de ser um incentivo – à reflexão permanente, à realização de estudos, à participação em debates, à publicação de livros e artigos, e à publicitação, nos mais diversos fóruns, da necessidade e utilidade das Marinhas – ressalta aquela característica das Marinhas reafirmando sua prioridade a um Estado com pretensões de se consolidar como ator internacional relevante.

A Marinha do Brasil detém capacidades de uma Força Naval moderna e de emprego dual – atua na defesa como Marinha de guerra e na segurança como autoridade marítima. O *smart power* pode ser utilizado pelas Marinhas modernas e que possuam reconhecidas capacidades de permanência e flexibilidade. Nesse sentido, a conclusão dos programas estratégicos ocasionará desenvolvimento tecnológico que, associados a presença de bases dispostas pelo extenso território nacional permitirá maior acesso à agenda governamental. Desta feita também contribui para o diálogo com a sociedade brasileira ao realizar ações multidimensionais – que vão desde as operações e exercícios militares, até a participação como líderes de Forças Navais multinacionais e interagências.

Uma postura firme na defesa, empenhada na segurança e parceira no desenvolvimento, os três pilares da ação do PN como instrumento político, ao adotar uma postura cooperativa sem, no entanto, promover alinhamentos automáticos que venham a cercear nossa capacidade de desenvolvimento, especialmente de uma Base Industrial de Defesa autossuficiente e equilibrada que permita apoiar a política externa e seus desdobramentos.

No contexto global multipolarizado, a influência dos EUA na qualidade de superpotência mundial e muito atuante nas agendas de segurança, especialmente na pauta do narcotráfico, representam um óbice a integração regional. Não são desprezíveis as influências de outras potências como China, Rússia, Reino Unido e França em vários temas locais e que

tendem a disputar com os norte-americanos e com o Brasil oportunidades que se apresentarão no caminho da cooperação técnica e integração das agendas. De modo a minimizar o intervencionismo externo, vimos que um Poder Militar equilibrado é fundamental para influenciar nos processos de segurança regionais.

No Sub-CRS Norte Andino, aqui complementado pela Bolívia e pelos países amazônicos, verificamos que há ameaças de conflitos, contudo também existem diversas oportunidades no contexto das relações com o Brasil, especialmente em temas mencionados como os programas estratégicos da MB, os Programas Antárticos – Brasil, Colômbia, Equador e Peru, as estruturas de Controle Naval do Tráfego Marítimo, além das diversas operações navais multinacionais na Amazônia Continental e na nossa Amazônia Azul, evidenciam a importância da presença da MB no entorno estratégico brasileiro.

Por meio da diplomacia naval e do aprofundamento dos laços de cooperação, aumentará o intercâmbio das Marinhas e dos PN dos países do Sub-CRS Norte Andino com o Brasil, contribuindo para a integração do CRS Sul-Americano. Um Poder Naval forte e crível pode ampliar sua atuação ao incorporar na sua estratégia conceitos de uma Marinha moderna e atenta ao cenário internacional cada vez mais instável e dinâmico, e deste modo ampliar sua atuação junto à sociedade.

Nesse sentido identificamos que o fortalecimento dos diálogos bilaterais e multilaterais com outras Marinhas amplia o conhecimento mútuo e favorece uma maior colaboração diante dos desafios postos, constituindo medidas voltadas para o fortalecimento da confiança e da segurança nas Américas, que são significativas para a estruturação de relações de amizade e cooperação. Ao contribuir para o processo de estabilização e desenvolvimento da América do Sul, o Brasil, baseado na mentalidade marítima e nas características geopolíticas que permitem grande projeção internacional, verá prosperar a Marinha e a Sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABIMDE-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA. **Página institucional**. São Paulo: Desenvolvido por MUSTAXE. MX, 2018. Disponível em: < <http://www.abimde.org.br/>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de; LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das sociedades americanas**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 764 p.
- AMAZONLOG. **AMAZONLOG 2017**. 2017. Disponível em < <http://amazonlog.net/sobre-o-amazonlog-2017.html> > Acesso em: 09 jul. 2019.
- ARRUDA, José J. de A.; PILLETI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.
- BAHIA, Nelson Ricardo Calmon. **América do Sul: uma comunidade de segurança a médio prazo?** 2017. 136 f., Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos Marítimos) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2017.
- BARBOSA JUNIOR, Ilques. Discurso de posse do cargo de Comandante da Marinha do Brasil. In: **Revista Marítima Brasileira**. V.139. n. 01/03, p. 8-17, jan./mar. 2019a.
- BARBOSA JUNIOR, Ilques. Palestra proferida para o Curso Superior de Defesa. 2019. **Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro. 12 mar. 2019b.
- BITELLI, Julio Glinternick. **Relatório de Gestão do Embaixador** (Versão simplificada). Bogotá: Embaixada do Brasil, 2019.
- BITTENCOURT, Armando de Senna. O Pensamento Militar de Rio Branco e o Emprego do Poder Militar na Paz. **Revista Marítima Brasileira**, jan./mar. 2018. n. 138. p. 90-101.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. **Senado Federal**, Brasília, DF, 14 dez. 2018a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=20903&paginaDireta=459#diario>>. Acesso em: 22 maio 2019. Criada pelo Decreto N° 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Atualizada pelo Decreto Legislativo n° 179 de 14 dez. 2018.
- BRASIL. Exército Brasileiro. **Página institucional**. Brasília: [s. n.], 2019a. Operação Acolhida promove parceria para capacitar imigrantes venezuelanos em gestão hospitalar. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito//asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/operacao-acolhida-promove-parceria-para-capacitar-imigrantes-venezuelanos-em-gestao-hospitalar/8357041>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. **Senado Federal**, Brasília, DF, 17 dez. 2018b. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=20903&pagina>>

Direta=259#diario>. Acesso em: 7 jul. 2019. Criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, sendo aprovada a primeira edição pelo Decreto Legislativo Nº 373, de 2013. Atualizado pelo Decreto Legislativo nº 179 de 14 dez. 2018.

BRASIL. Marinha do Brasil. EMA-305. **Doutrina Militar Naval**. 2017a. Brasília: Estado-Maior da Armada.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Página institucional**. Brasília: [s. n.], 2019b. **Outras Operações**. 2019. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/node/853>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Marinha do Brasil. PEM. **Plano Estratégico da Marinha 2019-2039**. 2019c. Brasília: Estado-Maior da Armada. No Prelo.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Política Naval**. 2019d. Brasília: Estado-Maior da Armada.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Página institucional**. Brasília: [s. n.], 2019e. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. MERCOSUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. 2019f. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Normativa – UNASUL – CDS – CEED – ESUDE**, 2017c. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativa_unasul_2017.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Página institucional**. Brasília: [s. n.], 2018d. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xv_cedn/cel_av_marcos_antonio_a_politica_e_a_end.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **SISFRON atua na defesa e no desenvolvimento da fronteira terrestre do Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/17674-sisfron-atua-na-defesa-e-no-desenvolvimento-da-fronteira-terrestre-do-brasil>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Refúgio em Números**. Comitê Nacional para os Refugiados. Secretaria Nacional de Justiça. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 3 ed., 2019g. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/refasgio-em-nasmeros_1104.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **COSIPLAN**. 2019h. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/integracao-sul-americana/cosiplan-conselho-sul-americano-de-infraestrutura-e-planejamento>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Página institucional**. Brasília: Nota 255. 2017b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**. 2019i. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica>>.

externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>. Acesso em: 09 jul. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **União de Nações Sul-Americanas**. 2017c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Política Nacional de Defesa. **Senado Federal**, Brasília, DF, 14 dez. 2018e. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=20903&paginaDireta=444#diario>>. Acesso em: 22 maio 2019. Criada pelo Decreto Nº 5.484 de 30 de junho de 2005. Atualizada pelo Decreto Legislativo nº 179 de 14 dez. 2018.

COLÔMBIA. Armada Nacional de Colombia. **Plan Estratégico Naval 2015 – 2018**. Bogotá, 2015. 48 p.

BOOTH, Ken. **Aplicação da lei, da Força e Diplomacia no Mar**. Tradução de José Maria do Amaral de Oliveira. Rio de Janeiro, EGN. 1989. 266p.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Tradução de Sérgio Bath. 1 ed. São Paulo: Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002. 361 p. Título Original: The Anarchical Society.

BUZAN, Barry. **People, states and fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War era**. Colchester: ECPR Press, 2008.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos estudos de segurança internacional**. Tradução Flávio Lira. São Paulo: Unesp, 2012. 576 p. Título Original: The Evolution of International Security Studies.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998. 87

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CAMBRIDGE. **Cambridge Dictionary**, 2019. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CASTRO, Therezinha de. **América do Sul: vocação geopolítica**. 1997. In: REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Rio de Janeiro: ESG, 2012. V 27, n 54. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_54.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

CASTRO, Vinícius. **Ameaças ao Brasil: Elas existem(?) (!)**. 2012. Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/ameacas-ao-brasil-elas-existem-2/>>. Acesso em: 1º jun. 2019.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CAN - COMUNIDAD ANDINA DE NAÇÕES. **Página institucional**. 2019. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/Index.aspx>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

CONSULTOR JURÍDICO. Guerra do Pacífico - **Haia dá razão ao Peru em disputa marítima com o Chile**. 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-jan-27/corte-haia-encerra-disputa-entre-chile-peru-controle-litoral>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de estratégia**. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 776p.

CUNHA, R. G. C. D. Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul - Perspectivas Brasileiras. **Revista del Colegio Interamericano de Defensa**. Washington, DC, 2015.

DEFESA AÉREA & NAVAL. **Flotilha do Amazonas recebe lanchas colombianas LPR-40**. Desenvolvido por Guilherme Wiltgen e Luiz Padilha. 2014. Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/flotilha-do-amazonas-recebe-lanchas-colombianas-lpr-40/>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

DELGADO, Paulo. **Conceitos de segurança e defesa: implicações para a ação externa e interna do governo**. In: PINTO, J.R.; ROCHA, A.J.; SILVA, R.D. (Org). **Reflexões sobre defesa e segurança, uma estratégia para o Brasil: Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. V 1, p. 157-187. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/reflexao.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global**. São Paulo: Editora Atlas. Livro Digital. 2010.

DINIZ, Maiana. **Brasil e mais cinco países suspendem participação na Unasul**. 2018. Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-04/brasil-e-mais-cinco-paises-suspendem-participacao-na-unasul>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

DINIZ, Maiana. Independência na América Hispânica. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: 1997.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – ESG. **Apresentação**. 2019a. Disponível em: <<http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/apresentacao>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – ESG. **Curso Avançado de Defesa Sul-Americano – CAD-SUL**. 2019b. Disponível em: <<http://www.esg.br/index.php/br/cursos/cursos-regulares?id=171>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

FLORES, Mário César. **A Guerra é Assunto de Todos**. Entrevista ao Jornal do Brasil. Blog Poder Naval. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2019/08/01/almirante-mario-cesar-flores-a-guerra-e-assunto-de-todos/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. **Manual para Normatização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990.

FRANCO, Álvaro da Costa. **Tratados de Fixação de Limites Territoriais**. Atlas Histórico do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 1998. Disponível em: <<http://atlas.fgv.br/verbetes/tratados-de-fixacao-de-limites-territoriais>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FRANCO, Nádia. **Presidente eleito da Colômbia pede que países da região deixem Unasul**. 2018. Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-06/presidente-eleito-da-colombia-pede-que-paises-da-regiao-deixem-unasul>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas P. **Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva**. Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 35, n.1, jan./jun. 2013.

GARCEZ, Antonio F. **Integração dos sistemas constantes do sistema de gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. Relatório de processo da disciplina: Processo de Tomada de Decisão. Curso de Política e Estratégia Marítimas (C- PEM), 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Uma estratégia militar para o Brasil. In: PINTO, J.R.; ROCHA, A.J.; SILVA, R.D. (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**: Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. V 1, p. 39-48. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/reflexao.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

GOLDBAUM, Sergio; LUCCAS, Victor Nóbrega. Comunidade Andina de Nações. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP**, São Paulo: n. 309, 2012. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9650/TD%20309%20-%20Sergio%20Goldbaum.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 268 p.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relações do Brasil com a América do Sul após a Guerra Fria**: política externa, integração, segurança e energia. 2015. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2023_sumex.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

KREIBOHM, Magister Patricia. Integração da América do Sul. 2008. Coleção Meira Mattos: **Revista das Ciências Militares**, Rio de Janeiro: ECEME, n. 17, p. 85-96, 1º quadrimestre 2008.

LOBO-GUERRERO, Catalina; LAFUENTE, Javier. **Venezuela e Colômbia se envolvem em um conflito marítimo** - Caracas decreta de forma unilateral uma fronteira marítima em disputa há décadas. 2015. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/internacional/1434992960047625.html>> Acesso em: 23 maio 2019.

MANRIQUE, Jorge Montoya. ¿Es posible enfrentar las amenazas en las Américas? 2015. **Revista del Colegio Interamericano de Defensa**, ISSN 2412-0715. Disponível em: <<http://iadc.edu/wp-content/uploads/2019/04/revista-del-cid-2015>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

MORE, R. Fernandes. **Reflexões sobre a formação de um pensamento oceanopolítico brasileiro.** In: MORE, R. Fernandes; BARBOSA JUNIOR, Ilques (Org.). **Amazônia Azul: política, estratégia e direito para o Oceano do Brasil.** Rio de Janeiro: FEMAR. 2012. 312 p.

OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Página institucional.** Washington DC. 2019. Desenvolvido por: OEA. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/default.asp>>. Acesso em: 13 maio 2019.

OLSEN. Marcos Sampaio. Palestra proferida para o C-PEM. O Poder Naval, Programa Nuclear da Marinha e o PROSUB. **Escola de Guerra Naval.** Rio de Janeiro. 18 abr. 2019.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conselho de Segurança.** 2018. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/> > Acesso em: 20 jun. 2019.

OTCA - ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. 2018. Disponível em < http://www.otca-oficial.info/about/who_we_are > Acesso em: 09 jul. 2018.

PAGLIARI, Gabriela C. **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006.** Tese de Doutorado apresentada a UNB. 2009. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/33534608.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

PAGLIARI, Gabriela C. Conselho de Defesa Sul-Americano e a adoção de medidas de fortalecimento da confiança. **Carta Internacional.** Belo Horizonte, 2015. ISSN 1413-0904 v. 10, n. 3, p. 23-40. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/307>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

PALACIOS, Ariel. A disputa de territórios na América do Sul. 2018. Disponível em < <https://epoca.globo.com/mundo/noticia/2018/03/disputa-de-territorios-na-america-do-sul.html> > em 23 abr. 2019.

PERU. Marina de Guerra del Perú. **Página institucional.** Lima: [s. n.], 2019. Disponível em: < <https://www.marina.mil.pe/es/noticia/ceremonia-por-la-vigesimo-sexta-campana-cientifica-del-peru-en-la-antartida-antar-xxvi/>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

PHILPOTT, D. **Westphalia, authority, and international society.** Political Studies, v.XLVII, n.3, p.566-589, 1999.

PIRES, Gustavo C. Garriga. Palestra para Adidos Navais. **Centro Integrado de Segurança Marítima.** CISMAR. Rio de Janeiro. 18 ago. 2019.

PROENÇA, Tarcilo de A. **Segurança e defesa: a expressão militar do Poder Nacional como elo no fortalecimento da integração sul-americana.** 2018. 104 f.. Tese C-PEM. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2017.

RIBEIRO, António. Mahan e as Marinhas como Instrumento Político. **Revista Militar,** Portugal, mai. 2010. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/569>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

RODRIGUES, Márcio A. L.. **Norte Andino e a dinâmica dos conflitos no entorno estratégico brasileiro.** O fator regional e os processos de disputa na América do Sul. UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/rodrigues-norte-andino-e-a-dinamica-dos-conflitos-no-entorno-estrategico-brasileiro_o-fator-regional-e-os-processos-de-disputa-na-amrica-do-sul.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

ROOSEVELT, Theodore. Transcript of Theodore Roosevelt's Corollary to the Monroe Doctrine. 1905. Disponível em: <<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=56>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SIPRI-STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Arms Industry Database.** Sweden, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/armsindustry>>. Acesso em: 4 maio 2019.

TILL, Geoffrey. **Seapower: A Guide for the Twenty-First Century.** 3 ed. New York, Routledge. 2013. 412p.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro.** 3 ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército. 1985. 151p.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro:** Meados da década de 70 até os dias atuais. 1 ed. Rio de Janeiro, Clube Naval. 2002. 137p.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Uma Estratégia Naval para o século XXI.** *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 121, n. 4/6, p. 53-88, abr./jun. 2001.

WEDIN, Lars. **Estratégias Marítimas no séc. XXI. A contribuição do Alte Castex.** Traduzido por REIS, Reginaldo; NEVES, Gustavo; OZORIO, Paulo. 1 ed. EGN. 2015. 235p.

WORLD BANK GROUP. Arms Exports. **The World Bank.** Washington, EUA, 2019b. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPRT.KD>>. Acesso em: 10 maio 2019.

WORLD BANK GROUP. Military expenditure (% of GDP). **The World Bank.** Washington, EUA, 2019a. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ANEXO

Figuras



FIGURA 1 – Entorno estratégico do Brasil
 Fonte: BRASIL. Ministério da Defesa.⁸¹

⁸¹ Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xv_cedn/cel_av_marcos_antonio_a_politica_e_a_end.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

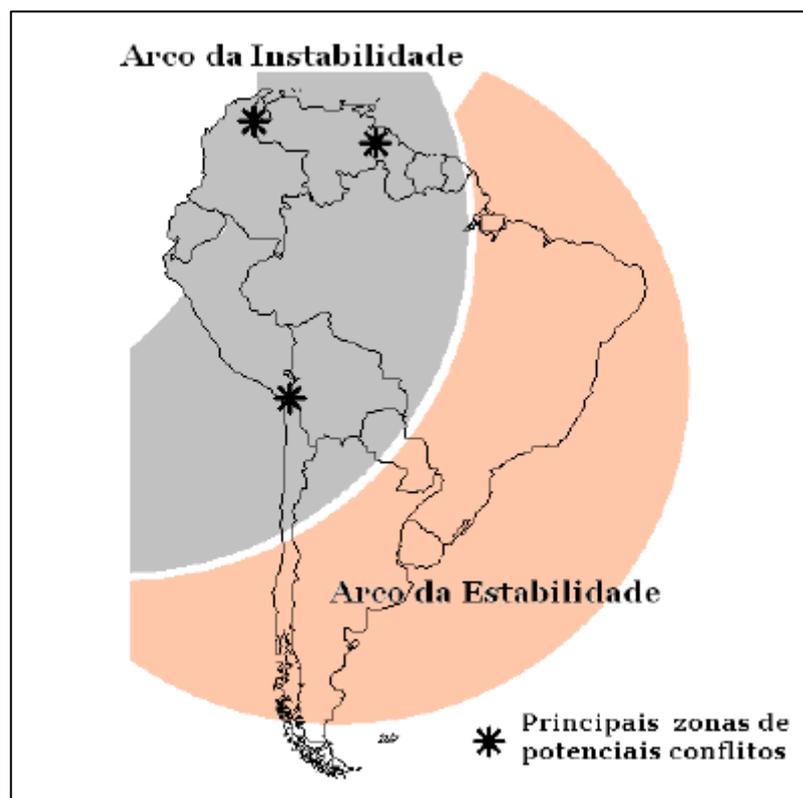


FIGURA 2 – Arco de instabilidade da América do Sul
Fonte: RODRIGUES, 2015, p. 8.

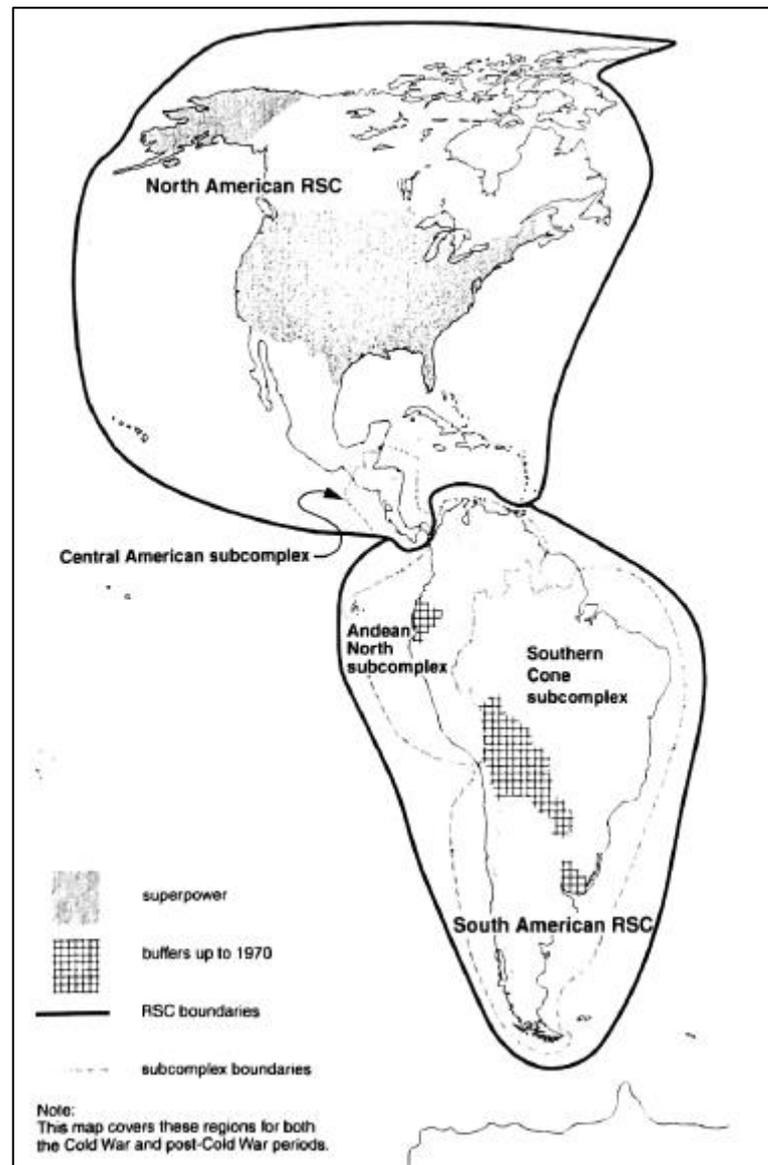


FIGURA 3 – Complexos Regionais de Segurança das Américas
 Fonte: BUZAN; WÆVER, 2007, p. 266.

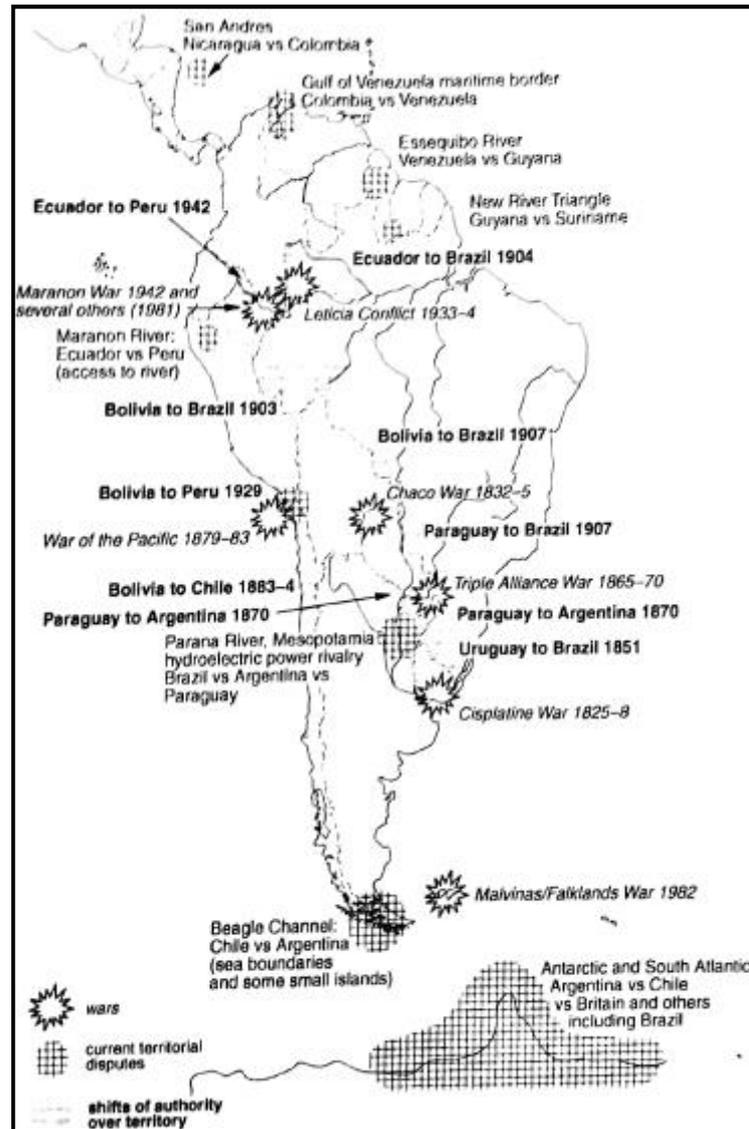


FIGURA 4 – Guerras e disputas territoriais da América do Sul
 Fonte: BUZAN; WÆVER, 2007, p. 306.

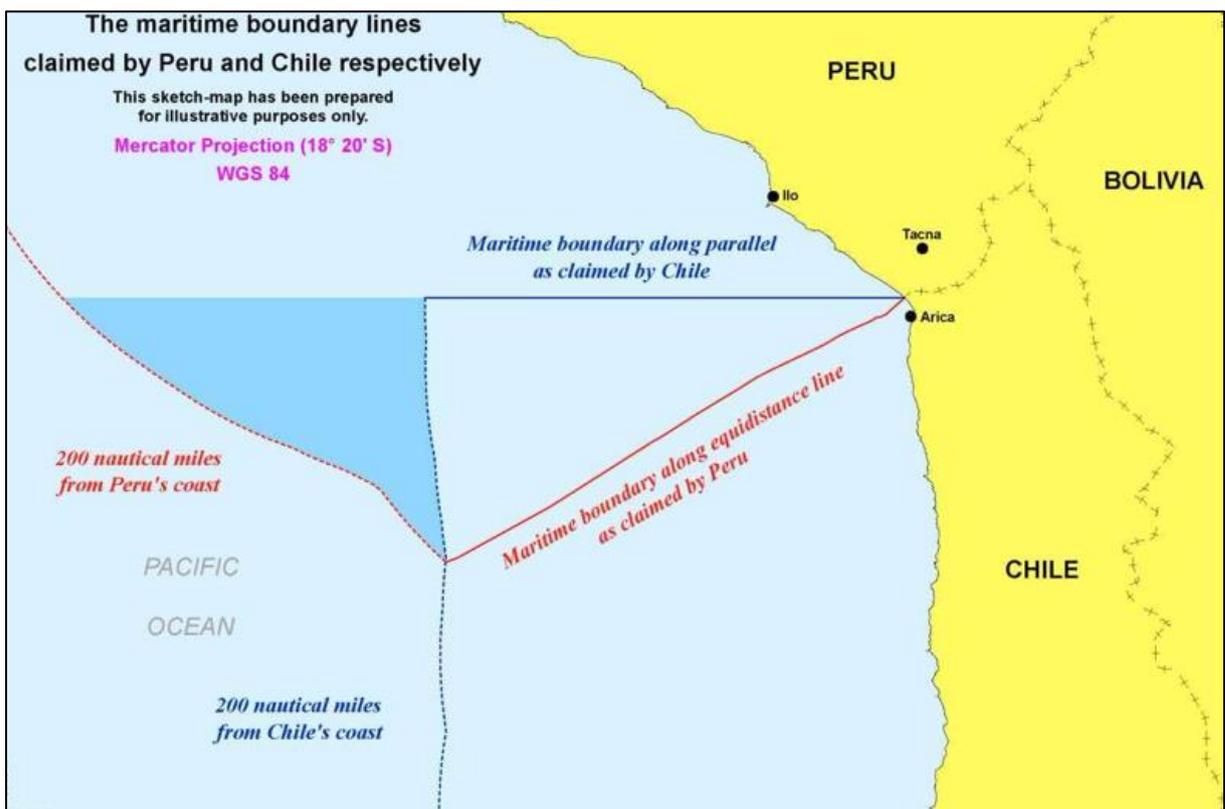


FIGURA 5 – Disputa marítima Chile x Peru
Fonte: ONU, 2018. Corte Internacional de Justiça.⁸²

⁸² Disponível em: < <https://www.dipublico.org/wp-content/uploads/2014/01/icj2.jpg>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

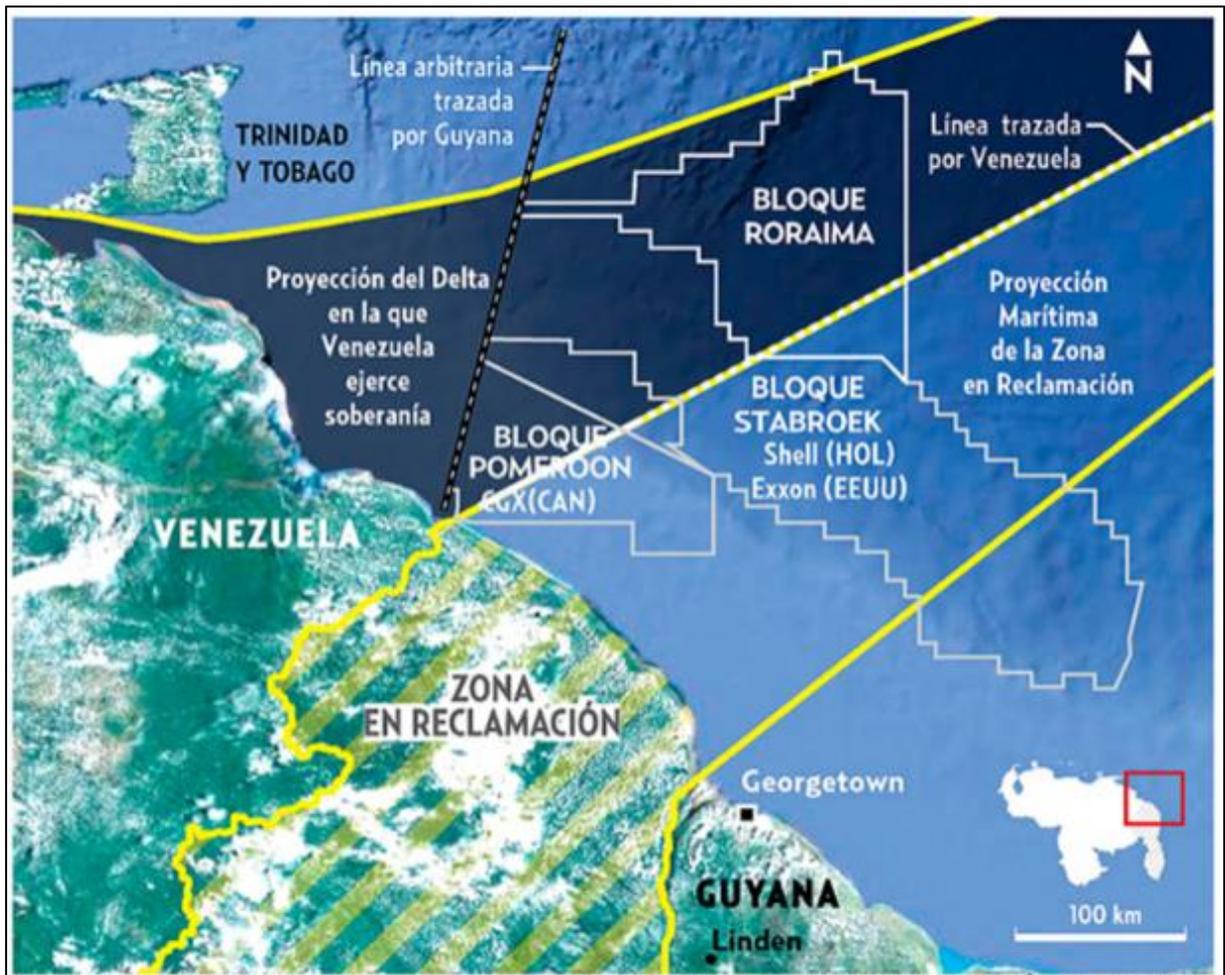


FIGURA 6 – Disputa territorial Venezuela x Guiana

Fonte: GUIANA, República Cooperativa da. Ministério do Meio Ambiente.⁸³

⁸³ Disponível em: <<https://s1.stabroeknews.com/images/2015/06/guyana-venezuela-dispute.jpg>>. Acesso em: 22 maio. 2019.

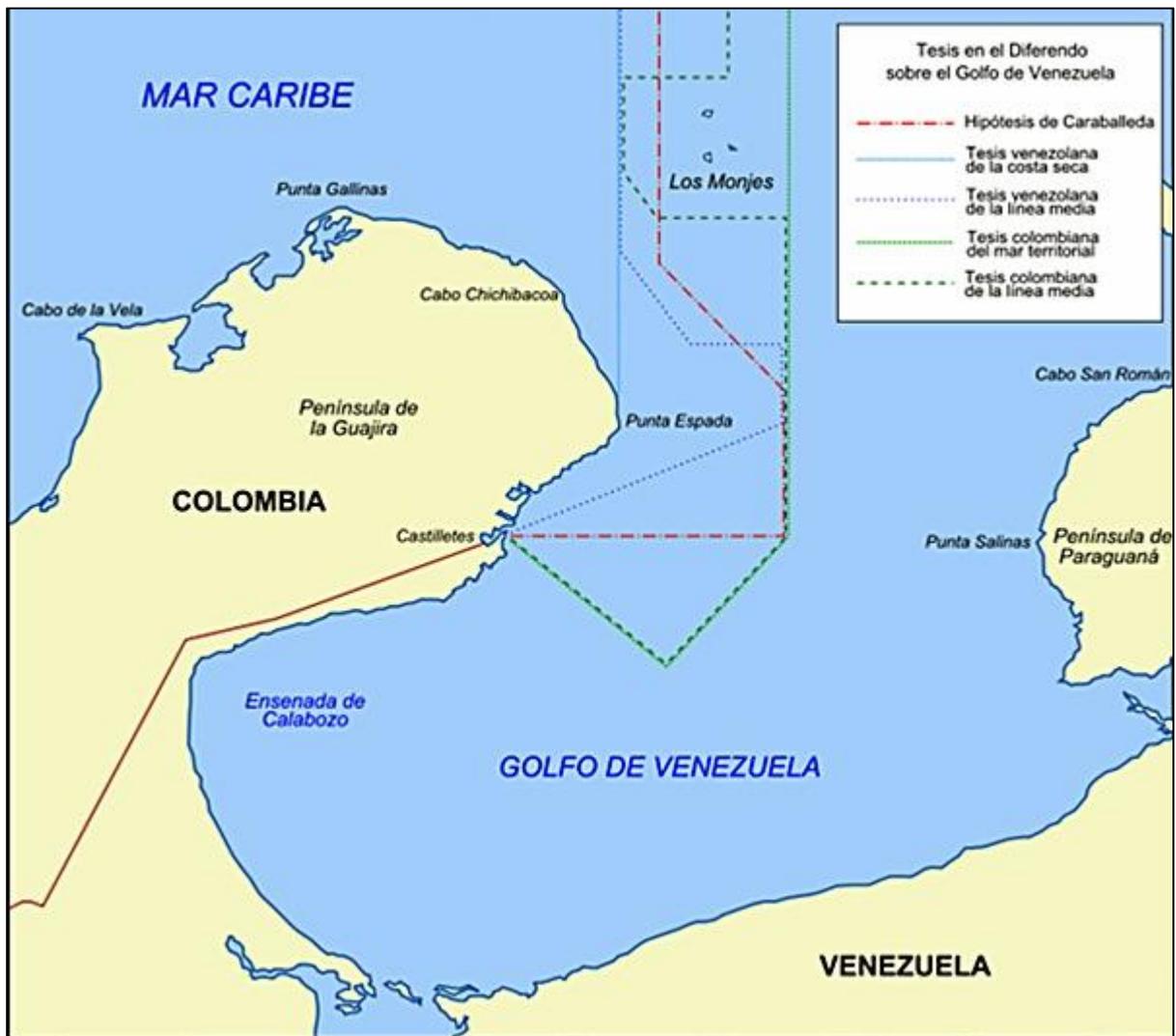


FIGURA 7 – Disputa marítima Venezuela x Colômbia
 Fonte: CASTRO, 2012.

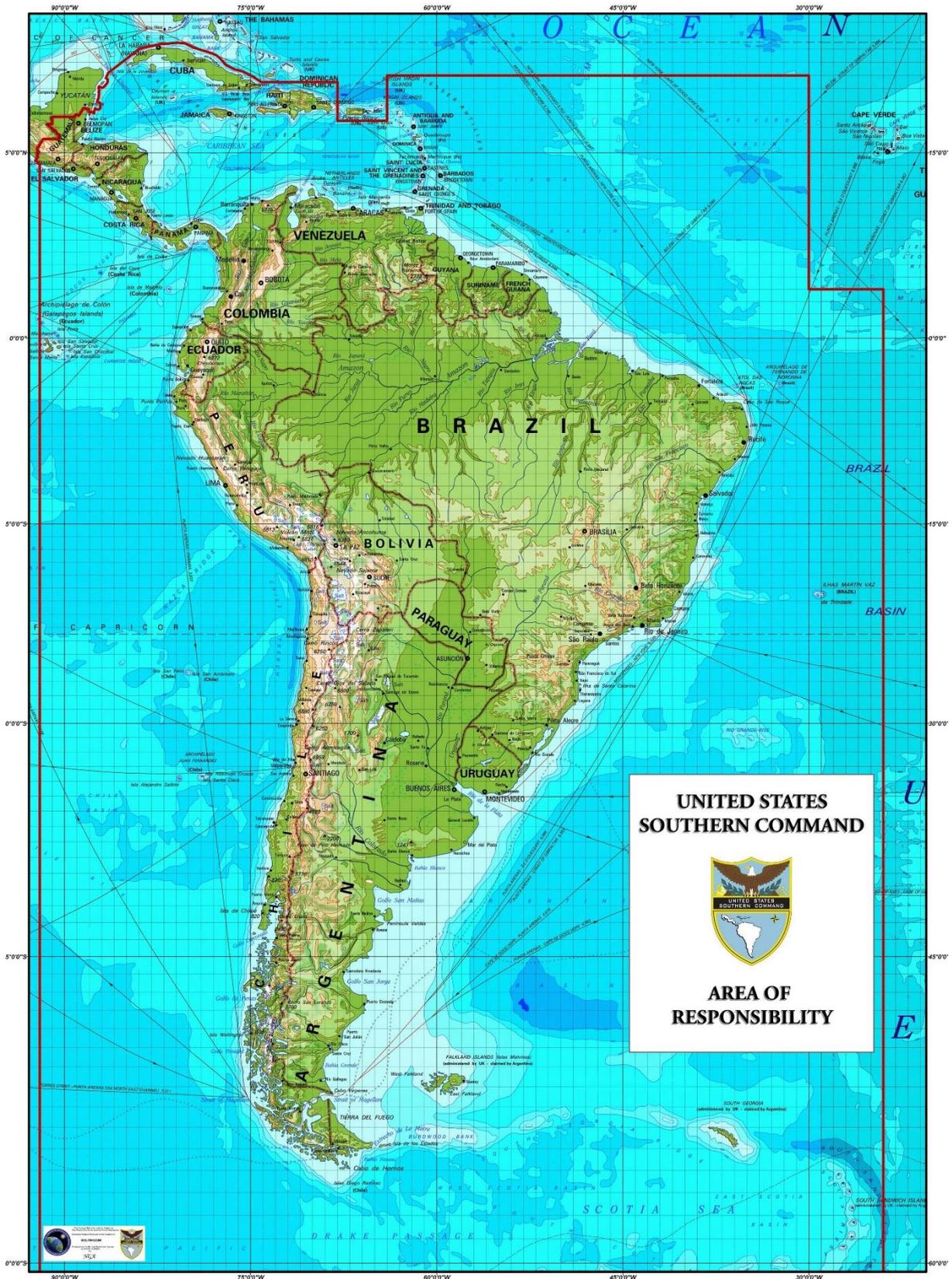


FIGURA 8 – Área de responsabilidade do Comando Sul dos EUA
Fonte: EUA, 2019. US Southern Command.⁸⁴

⁸⁴ Disponível em: <<https://4gwar.files.wordpress.com/2012/02/southcom-aor.jpg>>. Acesso em: 19 ago. 2019.



FIGURA 9 – Atores globais no entorno estratégico brasileiro
Fonte: BRASIL, 2019. Plano Estratégico da Marinha. No prelo.